"Santidade ao Senhor." - **Êxodo 28:36**

"Você jamais será livre sem uma imprensa livre." **- Venelouis Xavier Pereira**

O ESTADO

88 ANOS. INFINITAS HISTÓRIAS.

Fortaleza, Ceará, Terça-feira, 29 de abril de 2025 • Edição Nº 25.073 • Fundado em 24 de setembro de 1936

R$ 2,00

NACIONAL6 PRESERVAÇÃO DA CAATINGA

GERAL14 ANIVERSÁRIO DE CASA DE FORRÓ

ESPORTES13 DORIVAL JÚNIOR COMANDA TIMÃO

ECONOMIA12 NOVO RECORDE TURISMO NACIONAL

POLÍTICA4 ATAQUES EDUCAÇÃO CÂMARA FORTALEZA

ON-LINE www.oestadoce.com.br
ASSISTA AOS VÍDEOS DA TV O ESTADO
Twitter - @jornaloestadoce **Instagram -** @jornaloestado
Facebook - jornaloestado **Tiktok -** @jornaloestadoce

Apagão gera caos em Portugal e Espanha

Países ficam sem energia por mais de 12 horas, problemas atingem transportes públicos, voos, limita sistema de saúde e até o uso de celulares

FOTO ISIDRO GOMES / ATO PRESS / FOLHAPRESS



Registro do movimento no aeroporto de Lisboa com vários voos cancelados. A queda de energia, somada à interrupção do sistema de telecomunicações que se seguiu, praticamente paralisou a vida nos dois países

Um apagão de grandes proporções atingiu partes da Europa, especialmente Espanha e Portugal, gerando caos no transporte público, atrasando voos, o sistema de comunicação e os celulares também foram afetados. Milhões de pessoas foram impactadas. Houve relatos de problemas também nas redes de energia de França, Bélgica e Andorra, porém em menor proporção. Os governos de Espanha e Portugal convocaram reuniões ministeriais às pressas. No primeiro país, o Ministério do Interior espanhol declarou estado de emergência em algumas das regiões impactadas. **ÚLTIMAS**10

Cid Gomes aponta reaproximação com Ciro: "jamais estarei no lado oposto"

O senador Cid Gomes (PSB) sinalizou uma reaproximação política com seu irmão Ciro Gomes (PDT), pelo menos a nível nacional. Foi o que ele revelou em entrevista durante o XVI Congresso Estadual do PSB, no último domingo (27). **POLÍTICA**3

FOTO REPRODUÇÃO



A Polícia Federal aponta a atuação da cúpula do INSS para liberar o desconto em massa de aposentadorias em favor da Contag

EX-PRESIDENTE DO INSS IGNOROU PARECER E LIBEROU DESCONTOS EM MASSA

Segundo a investigação, o instituto deu aval para a consignação da mensalidade associativa em 34.487 benefícios a partir de uma lista encaminhada pela entidade ao INSS. Alessandro Stefanutto, ex-presidente do instituto, foi um dos que assinaram a autorização. **NACIONAL**5

Camisa da seleção brasileira poderá ser vermelha na Copa do Mundo

Não se fala em outra coisa no mundo do futebol. A novidade tão comentada é que a seleção brasileira terá uma nova cor de camisa. O novo uniforme reserva terá o vermelho como cor principal, a partir de março de 2026, e será fabricado pela Jordan, marca controlada pela Nike. **ESPORTES**13

Bismarck Maia aponta boa relação entre Podemos e PSDB

O presidente estadual do Podemos, Bismarck Maia, apontou que o partido mantém boas conversas a nível estadual com o PSDB e que o Ceará não deverá ser "problema" para as tratativas que as duas siglas mantêm nacionalmente em busca de oficializar uma possível federação. **POLÍTICA**3

NESTA EDIÇÃO
14 páginas

QR CODE OE PORTÁTIL
Use o seu leitor QR e acesse o portal **O Estado** para as atualizações do noticiário e conteúdo extra.



ISSN1809-3043







OPINIÃO

"Você jamais será livre sem uma imprensa livre" — VENELOUIS XAVIER PEREIRA

"Com amor conquistamos tudo" — WANDA PALHANO

88 ANOS INFINITAS HISTÓRIAS.

Fundado em 24 de setembro de 1936 por José Martins Rodrigues
Venelouis Xavier Pereira (1964 -1996)
Wanda Palhano (1996 - 2017)

EDITORIAL Brics - discurso de paz

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, cobrou a atuação diplomática de países do Brics para a busca de solução de guerras e conflitos regionais.

A declaração do chanceler brasileiro foi feita durante a abertura do encontro de ministros de Relações Exteriores do Brics, no Rio de Janeiro.

Entre os presentes na sala onde Vieira fez o pronunciamento estava Sergey Lavrov, o chanceler da Rússia, país em guerra com a Ucrânia. A Rússia declarou cessar-fogo unilateral de três dias, de 8 a 10 de maio, para lembrança da vitória contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

"O conflito na Ucrânia continua a causar pesado impacto humanitário, ressaltando a necessidade urgente de uma solução diplomática que defenda os princípios e os propósitos da Carta das Nações Unidas", disse o ministro.

Vieira lembrou que, em um esforço para o fim da guerra, o Brasil e a China organizaram uma reunião de alto nível em setembro do ano passado, em Nova York, nos Estados Unidos, que levou a criação do Grupo de Amigos da Paz, reunindo países do Sul Global – nações em desenvolvimento, localizados principalmente no hemisfério sul.

"Permanecemos comprometidos em continuar trabalhando pela paz e por uma solução política para o conflito", disse o diplomata brasileiro.

Mauro Vieira afirmou ainda que o Brics está unido em torno da ideia de que a paz não pode ser imposta, e, sim, construída. Além disso, afirmou que o grupo "reconhece os interesses estratégicos e os legítimos interesses econômicos e de segurança de cada membro".

Padre Vieira

GONZAGA MOTA
PROFESSOR APOSENTADO DA UFC

O padre Antônio Vieira nasceu no dia 6 de fevereiro de 1608, em Lisboa, e faleceu na Bahia, no dia 17 de junho de 1697, com 89 anos de idade.

Dividiu seu coração com Portugal e o Brasil, sendo reconhecido por muitos como o maior filósofo, teólogo, intelectual e orador luso-brasileiro de todos os tempos. Além de 200 sermões e mais de 500 cartas, produção reunida em 16 e 3 volumes, respectivamente, na edição de Coimbra (1925-1928), redigiu o *Clavis Prophetarum*, livro de profecias inconcluso. *O Sermão da Sexagésima*, ou do *Evangelho*, dentre alguns que tivemos oportunidade de ler, evidencia a forma barroca de sua linguagem, consubstanciando conceitos religiosos baseados na escolástica, como também uma consciência pós-renascentista.

A contribuição literária e as atividades do padre Antônio Vieira levaram em consideração temas relevantes para Portugal e o Brasil, tais como: a defesa dos cristãos novos (judeus que não eram aceitos pela Inquisição); oposição rigorosa à Inquisição; a luta diplomática e efetiva contra os holandeses, visando manter a integridade do território brasileiro, notadamente, de Pernambuco e Bahia, regiões desejadas em razão da grande produção de açúcar; proteção aos índios do Maranhão, que o chamavam de "Paiaçu" (Grande Pai, em tupi), e aos escravos

africanos mantidos, de forma desumana, na Bahia. Missionário da Companhia de Jesus, teve ainda papel significativo como diplomata e conselheiro político dos governantes da nação portuguesa.

Vale destacar que sua crença, típica do sebastianismo, influiu sobremaneira no seu pensamento filosófico. Sempre que lemos o Sermão da Sexagésima, lembramo-nos dos Evangelhos de São Lucas, 8, 11, e de São Mateus, 13, 3: *Semen est verbum Dei* (A semente é a palavra de Deus) e *Ecce exiit qui seminati seminare* (Eis que o semeador saiu a semear).

A crise do Trabalho é a crise da Humanidade

GENÉSIO ARAÚJO JÚNIOR
JORNALISTA

(Brasília-DF)

Esta semana que se inicia é a chamada "Semana do Dia do Trabalho". Infelizmente, as pessoas pensam mais no descanso anunciado do que na relevância de se discutir como está o trabalho hoje e como será o seu futuro.

Na definição clássica de meios de produção, aprendemos que o capital e o trabalho são que movem a produção.

Na chegada desses primeiros 25 anos, ¼ da centúria, deste Século 21, nós jornalistas, testemunhas da história, mostramos a tremenda crise que tanto o capitalismo como o trabalho estão vivendo.

O presidente Lula já avisou aos sindicatos que não irá participar dos tradicionais eventos do Dia do Trabalho. Como imaginar que a maior referência do Partido dos Trabalhadores não vai celebrar o Dia do Trabalho?!

Os capitalistas tradicionais, esses que vemos nas portas das lojas, dizem que não conseguem ter força de trabalho, em muitas situações, pois os programas sociais reduzem essa força. Duvido que eles tivessem esse problema se pagassem melhor!

A humanidade chegou onde chegou pois teve que responder perguntas. O capitalismo vive uma tremenda crise e o sindicalismo também!

Se um líder trabalhista, de origem, age assim, no Brasil, nos Estados Unidos, a maior nação capitalista do Planeta vê seu presidente defendendo o retorno das industrias em seu país usando da prática velha do tarifaço.

Qualquer jovem estudante de economia sabe que as cadeias globais, o automatismo e a inteligência artificial não vão permitir que se volte a ter trabalho abundante para os trabalhadores norte-americanos.

O sindicalismo está em frangalhos e os capitalistas acham que os ganhos de produtividade das novas tecnologias os vão fazer ficar mais ricos, sem trabalhadores, e mais felizes. Tolice. Se esquecem, todos, que não existe felicidade sozinho.

O sonho da prosperidade tão em evidência nos dias atuais não é para todos. Os novos capitalistas da tecnologia pensam que vão controlar uma situação em que não cabe todos. Só adiam soluções pensando que a era do conhecimento vai encontrar uma solução para a crise do trabalho.

Os trabalhadores e os capitalista precisam que o modo de viver se mantenha na liberdade de oportunidades e garantia de direitos, seja para quem for.

A crise do trabalho é a crise do capitalismo e da democracia. A extrema direita pensa que pode fazer o mundo andar para trás e a esquerda festiva pensa que a felicidade é para todos.

Não podemos ser cínicos com nossas encruzilhadas. Temos que ser éticos para buscar respostas que sirvam ao bem da maioria. A democracia ainda é a melhor alternativa, porém ela não resolve tudo.

Vamos ter que continuar lutando para encontrar respostas. A vida depende de água, a humanidade depende de respostas.

Às portas do Judiciário – ilegalidade nos descontos do INSS

PAULINO FERNANDES
DEFENSOR PÚBLICO E PROFESSOR

Em artigo anteriormente publicado, com o subtítulo *"Contratos de empréstimos em revista"*, já havíamos alertado sobre a ilegalidade de que muitos são vítimas, quando cobrados, indevidamente, por valores descontados em seus proventos de aposentadoria ou pensões.

Como se isso não bastasse, só agora se tornou público outra grave ilegalidade, praticada com a participação de quem deveria ser o primeiro a coibir essas violações, qual seja, o próprio INSS, que por meio de alguns de seus funcionários, facilitou ou colaborou de alguma forma para a empreitada criminosa.

O que muitos estão chamando de escândalo, já era, há tempos objeto de denúncia, por parte de alguns órgãos sérios, incluindo a imprensa comprometida com a verdade dos fatos, mas precisou de uma divulgação da **Controladoria Geral da União (CGU)**, após uma competente fiscalização promovida, por seus auditores.

No âmbito do Judiciário, a questão já vinha sendo objeto de decisões, as quais, em parte, eram favoráveis às vítimas das fraudes, determinando a desconstituição (cancelamento) das cobranças, deixando, entretanto, de condenar os responsáveis à devida indenização pelos danos morais, decorrentes da ilicitude.

Em alguns casos, determinava-se a suspensão imediata dos descontos, em caráter liminar, a qual era confirmada mais tarde, com a ordem judicial para cancelamento e restituição do montante até então descontado.

Contudo, ainda quando se condenava a restituir os valores indevidamente cobrados, nem sempre era para que se fizesse com o valor em dobro, o que juridicamente se denomina de repetição do indébito, tampouco reconhecendo o direito à indenização.

Havia, pasme-se, entendimento questionável (salvo por alguns juízes que pensassem fora da caixinha) de que a restituição deveria ser feita na forma "simples" (valor originário), porque "supostamente" não teria havido má-fé na prática nebulosa e lesiva da conduta.

Pode ser que depois da divulgação desse "escândalo" o entendimento maciço do Judiciário venha a ser não só para que os lesados tenham seus numerários integralmente restituídos, compreendo-se além da restituição dobrada dos valores, a devida indenização pelos danos morais, já que a lesão atinge os direitos de personalidade, não podendo ser tratada como mero aborrecimento do cotidiano.

Devem ser ainda consideradas questões que vão além dos casos de má-fé, pois em jogo também a violação de dados, tema presentemente tão caro, em termos de preservação dos direitos e das garantias fundamentais, no estágio das dimensões dessa geração.

Sopesadas as questões jurídicas mais imediatas, há uma gama de áreas outras que foram alvo de lesão e, por conseguinte, devem também receber tratamento jurídico, como a responsabilização administrativa e criminal pelas condutas dos agentes públicos perpetrantes, tendo em vista que se utilizaram da condição funcional pública; bem como a situação econômico-financeira dos lesados.

A própria violação dos *valores sociais* e da *dignidade da pessoa humana*, que são constitucionalmente assegurados, não poderá ficar de fora do indispensável apreço estatal.

No âmbito da responsabilidade criminal, o próprio Código penal brasileiro já prevê algumas condutas, a partir da alteração promovida pela Lei 9983/2000, que incluiu uma nova espécie do crime de Peculato.

O artigo 313-A tipifica a conduta de funcionário que insere ou facilita a inserção de dados falsos; altera ou exclui dados corretos dos sistemas informatizados ou bancos de dados da administração, com a finalidade de obter vantagem para si ou para outrem, ou para causar dano.

Administrativamente, mas de forma imediata, deve ser determinada a suspensão não só dos descontos, mas desses contratos firmados entre o INSS e as tais entidades envolvidas, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

É o mínimo que a sociedade espera.

Dinheiro dos idosos vira fantasma dos políticos

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES
TENENTE E DIRIGENTE DA ASPOMIL

O incidente que derrubou o presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) tende a ser o novo fantasma a assombrar os escaninhos do governo do presidente Lula, que tanto tem feito para se viabilizar candidato a um novo mandato em 2026 e tem encontrado muitos problemas pelo caminho, que chegam a inviabilizar suas engenhosas atitudes políticas. As mudanças no Imposto de Renda, o pé-de meia aos estudantes outras benesses distribuídas, têm tudo para garantir sua reeleição, mas ela poderá não acontecer se o "fantasma" atacar como já fez em épocas passadas.

O desconto não autorizado de contribuição dos aposentados para associações e sindicatos ditos vinculados aos políticos governistas tende a provocar mais baixas no quadro e a trazer dissabores e a continuidade da perda de popularidade de Lula e do governo. O pior é que, conforme evoluir, pode trazer de volta velhos fantasmas que infernizaram a vida do presidente e já lhe renderam o encarceramento de 581 dias no âmbito da Operação Lava Jato.

O problema dos aposentados estabelece uma nova luta política entre situação e oposição, os situacionistas tentam imputar o problema ao governo de Jair Bolsonaro – pois teria acontecido a partir de 2019 – afirmam que Lula foi quem mandou investigar e chegou à grande fraude. O próprio governo diz que vai devolver aos velhinhos o que foi indevidamente descontado de seus salários. Mas, mesmo assim, a oposição articula a montagem de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara dos Deputados para apurar a fundo o problema. Até a noite de ontem (24) já haviam coletadas 70 das 170 assinaturas exigidas para os interessados protocolarem a investigação.

Quando é instalada, uma investigação no Congresso Nacional é um verdadeira bomba-relógio. Além das questões objetivamente colocadas, existe todo o balanço político, as culpas e malfeitos a apurar e o antagonismo decorrente da polarização. Ninguém, com os pés no chão, é capaz de prever como um processo desses pode terminar e nem as suas consequências para os envolvidos.

Além dos problemas já enfrentados por Lula, a Nação ainda lembra dos impeachments de Fernando Collor (1992) e de Dilma Rousseff (2016). Ambos deixaram marcas profundas. Collor, o outrora caçador de marajás, purgou a inelegibilidade e depois dela voltou a eleger-se. Mas nesta quinta-feira restou preso pela Polícia Federal, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para cumprir pena ainda foi afastado da presidência da República. Acusado de receber propina de um esquema de distribuição de petróleo, foi condenado a 8 anos de prisão. Dilma Rousseff, por sua vez, foi melhor tratada e apesar de retirada do governo, continuou elegível e hoje preside do Banco dos Brics, onde o Brasil é um dos proprietários e operadores.

Por cota dos antagonismos, as lideranças políticas brasileiras têm encontrado muitos problemas pelo caminho. Jair Bolsonaro, por exemplo, é acusado de uma série de crimes e irregularidades (o principal deles tentar montar um golpe de Estado) e hoje encontra-se com a inelegibilidade decretada e indiciado como réu em processo no STF.

Apurar e julgar os ditos escândalos políticos--financeiros- administrativos é tarefa do Poder Judiciário. A demora no encontro da solução pode ser atribuída à grande quantidade de recursos disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro, que chega a descredibilizar o sistema.

Não me cabe, como cidadão, emitir opiniões sobre o trabalho judicial. Isso é tarefa do Ministério Público e dos defensores dos réus. Preocupa-nos, no entanto, a situação em que as lideranças políticas – notadamente os ex-governantes – enfrentam depois de terminados seus mandatos. Melhor seria se não houvesse o antagonismo permanente que há décadas vem fazendo sofrer os políticos e, com eles, os seus seguidores. Se alcançarmos a paz, será melhor mas, para isso, precisamos melhorar os controles.

Toda a Nação sabe que Lula faz um governo gastador. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que o próximo governo, independente de quem seja o presidente, tem de conter gastos vigorosamente. Importante previsão para o futuro. Pena que a ministra, que tem essa sombria previsão para o próximo mandato, não esteja empenhada a convencer seus pares e, principalmente o chefe, a começarem a economia já.

OESTADO
FUNDADO EM 24 DE SETEMBRO DE 1936

DIRETORIA
Diretora Financeira Soraya de Palhano Xavier
Diretora Administrativa Rebeca Férrer Xavier Guimarães
Diretor Comercial Bruno Bayma Marques

Editora Geral Gabriela de Palhano
gabrieladepalhano@oestadoce.com.br
Editor de Política Pompeu Macário Batista
macariob@uol.com.br

Telefones: (Anúncio/Matéria Legal) 3033.7500 / 3454.1034 • Email:comercial@oestadoce.com.br
Assinatura: 3033.7509 • O Estado Online – 3033.7510 • Comercial: 3033.7515 e 3033.7514 •
Email: onlineoestado@gmail.com
Redação e Oficinas: Rua Barão de Aracati, 1320 - Aldeota, Fortaleza, Ceará. Cep: 60.115-081
Publicações: 85 3454.1034
Somos assinantes da agência Folha.

O Estado não se responsabiliza pelo conteúdo das matérias, artigos e colunas assinados. PABX: (85) 3033.7500

Política

Golpe na internet. O governador Elmano de Freitas (PT) denunciou que golpistas estão usando o nome dele para tentar enganar vítimas, ao enviar mensagens pedindo dinheiro para completar o pagamento dos servidores. No golpe, a mensagem diz que, devido a um equívoco em uma transferência via Pix, é preciso R$ 100 para completar o valor destinado à remuneração dos funcionários. e fala em reembolso. "Estão se passando por mim para ganhar dinheiro. Não caiam em golpes. Se você receber essa mensagem, denuncie", divulgou Elmano nas redes sociais, mostrando a mensagem enviada pelos golpistas.

Bismarck aponta boa relação entre Podemos e PSDB no CE e projeta "mesmos propósitos"

Os dois partidos negociam a nível nacional a formação de uma possível federação, o que pode avançar nesta terça-feira, com impactos na política local

FOTO DIVULGAÇÃO



Ex-prefeito de Aracati, Bismarck Maia é o presidente estadual do Podemos no Ceará

O presidente estadual do Podemos, Bismarck Maia, apontou que o partido mantém boas conversas a nível estadual com o PSDB e que o Ceará não deverá ser "problema" para as tratativas que as duas siglas mantêm nacionalmente em busca de oficializar uma possível federação ou outra forma de união partidária. O ex-prefeito de Aracati afirmou que Podemos e PSDB deverão estar "juntos" com os mesmos propósitos.

Ao ser questionado sobre o posicionamento dessa nova legenda no estado, Bismarck falou que tem tido "uma conversa muito boa" com o ex-senador e ex-governador Tasso Jereissati (PSDB), liderança histórica dos tucanos.

"Olha, eu tenho uma conversa muito boa com o Tasso, eu me dou muito bem com ele, tenho uma conversa muito boa com ele e temos conversado sobre isso. Acho que não terá problema. No Ceará, devem conviver bem aqui os dois partidos, no sentido de estarem juntos, com os mesmos propósitos", afirmou Bismarck ao O Estado no último domingo (27), quando ele participou do congresso estadual do PSB.

No Ceará, o Podemos é comandado por Bismarck Maia, que aproximou o partido da base aliada do governador Elmano de Freitas (PT). O deputado federal Eduardo Bismarck (PDT) - filho de Bismarck Maia e que deve migrar para o Podemos na janela partidária em 2026 - se licenciou do mandato na Câmara Federal para assumir a Secretaria do Turismo do Ceará. Outro membro do clã Bismarck, o deputado estadual Guilherme Bismarck (PSB) compõe a base do governo na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece).

Apesar disso, há nomes no Podemos mais alinhados à oposição no estado. É o caso do prefeito de Juazeiro do Norte, Glêdson Bezerra (Podemos). Além de Gledson, o Podemos tem mais uma prefeitura, que é justamente Aracati, com Roberta de Bismarck. Também tem representação na Câmara dos Deputados, com a Enfermeira Ana Paula, recém-filiada ao partido, substituindo Eduardo Bismarck na licença.

Já o PSDB tem forte histórico de oposição ao PT a nível nacional e local. Atualmente o presidente estadual é Ozires Pontes (PSDB), que é próximo a Tasso Jereissati. A sigla elegeu dois prefeitos no ano passado, ambos como candidatos da oposição: o próprio Ozires, em Massapê, e Roberto Filho, em Iguatu. A legenda tem Emília Pessoa como deputada estadual, que adota uma postura independente. No Congresso Nacional, o PSDB não conta com representação pelo Ceará atualmente.

Articulação nacional

Podemos e PSDB ainda discutem como será feita a união entre as legendas, que poderá ser na forma de fusão ou federação. "Nós estamos construindo as ideias para poder saber o que é que de fato vai acontecer, qual seja, a questão de poder ter PSDB e Podemos construindo um novo partido. Portanto, é uma coisa que está em discussão, se é federação, se é fusão", explicou Bismarck Maia. Essa e outras questões devem estar definidas até maio, quando a união entre as legendas deverá ser oficializada.

No caso dos tucanos, o que muitos deles defendem é evitar que o PSDB "desapareça". No caso de federação, os partidos mantêm atuação conjunta, inclusive em eleições, mas ambos possuem existência independente. Já na fusão, dois ou mais partidos se juntam para dar origem a uma nova agremiação partidária. Existe ainda a incorporação, quando uma sigla perde a autonomia, unindo-se a uma maior.

Apesar das indefinições pendentes, a decisão por unir os dois partidos está bem avançada. Está prevista para esta terça-feira (28) uma reunião do PSDB para "bater o martelo" sobre a união com o Podemos, que já pode ser confirmada hoje. Em seguida, deve haver um posicionamento do Podemos. *(Por Igor Magalhães)*

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Cid aponta reaproximação com Ciro a nível nacional: "jamais estarei no lado oposto"

O senador Cid Gomes (PSB) sinalizou uma reaproximação política com seu irmão Ciro Gomes (PDT), pelo menos a nível nacional. Foi o que ele revelou em entrevista à imprensa durante o XVI Congresso Estadual do PSB, no último domingo (27).

Questionado sobre o assunto, Cid respondeu: "Eu jamais estarei em lado oposto ao Ciro na questão nacional. Aqui no Ceará a gente tem uma visão diferente e eu respeito profundamente, mas jamais estarei em lado diferente dele na questão nacional. Penso absolutamente como ele", disse Cid ao Jornal Jangadeiro.

Candidato a presidente da República quatro vezes, inclusive como alternativa ao PT, Ciro tem dito que não será candidato outra vez, apesar de ser apontado como possível presidenciável em 2026, inclusive sendo citado em pesquisas sobre intenção de voto. Apesar de estar no PDT, partido da base aliada do presidente Lula (PT), Ciro é crítico ao atual governo federal e ao PT.

Já Cid está filiado ao PSB desde fevereiro de 2024. A sigla socialista tem uma aliança com o PT a nível nacional, inclusive ocupando a vice-presidência da República, com Geraldo Alckmin (PSB).

Durante o congresso do PSB, Cid fez críticas ao governo Lula ao falar da situação econômica do país, quando falou sobre a taxa de juros aplicada pelo Banco Central. Apesar disso, o senador reiterou a aliança com o PT no Ceará, declarando o apoio à reeleição do governador Elmano de Freitas (PT). "O PSB tem o PT como um aliado preferencial no campo nacional e estadual. Não escondo de ninguém a minha disposição de votar na reeleição do governador Elmano", declarou.

Do lado oposto a Cid, um dos principais aliados do PT no estado, Ciro é da oposição ao governo estadual. Os dois irmãos eram aliados políticos até 2022, quando romperam ao divergir sobre quem deveria ser candidato ao Governo do Estado na aliança PT-PDT. *(Por Igor Magalhães)*

Deputado cearense propõe regras mais rígidas contra chamadas abusivas

O deputado federal cearense André Figueiredo (PDT) protocolou um projeto de lei na Câmara dos Deputados que institui a Lei de Proteção aos Usuários de Telecomunicações. A proposta busca responsabilizar empresas e prestadoras de serviços por chamadas abusivas e fraudulentas, estabelecendo regras mais rígidas para proteger os consumidores e restabelecer a confiança no uso da telefonia.

No PL 1861/2025, o parlamentar propõe, entre outras medidas, a obrigatoriedade de autenticação do número chamador, para que o usuário possa identificar corretamente quem está realizando a chamada. O projeto também determina que as prestadoras de telecomunicações implementem mecanismos para detectar e bloquear comportamentos inadequados, como o disparo massivo de chamadas automáticas. Empresas que realizarem chamadas abusivas poderão ser multadas em até R$ 100 mil por infração e seus responsáveis poderão responder solidariamente pelos danos causados.

O texto ainda prevê que consumidores que receberem chamadas abusivas sem consentimento poderão pleitear na Justiça indenizações por danos morais presumidos — com valor mínimo de R$ 2 mil por ligação, dobrando em caso de reincidência. As operadoras que não adotarem medidas rigorosas de verificação da identidade de novos usuários ou que permitirem o uso de numeração de forma inadequada estarão sujeitas à suspensão de novas vendas ou até à perda da autorização para operar.

"Precisamos devolver aos brasileiros a confiança em algo tão básico quanto atender uma ligação", diz o autor da proposta. "Não podemos permitir que práticas abusivas continuem colocando em risco a segurança, a saúde e a vida das pessoas." O projeto segue para tramitação nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados.



FERNANDO MAIA

DIÁRIO POLÍTICO

Medida infeliz

O final da semana foi marcado por informações revoltantes, relacionadas ao desvio de R$ 6,2 bilhões dos recursos de aposentados e pensionistas do INSS, fechando com outra notícia de indignação da sociedade aumentando as improbidades administrativas. A matéria aprovada na Câmara dos Deputados veio comprovar que tipo de parlamentares nós elegemos para elaborar as nossas leis. No caso em questão, tivemos a aprovação de mudanças que condenam e punem a improbidade de gestores que praticam um dos mais graves crimes contra a sociedade, sabendo-se que à falta de probidade de uma gestão é a oficina onde se elaboram e articulam "mutretas" para desviar recursos para enriquecer contas bancárias de gestores públicos e seus apoiadores. Na Assembleia Legislativa do Ceará a duas décadas chegou-se a tentar elaborar uma Lei para livrar de punição os ímprobos, ferozmente combatida e derrubada pelo deputado e promotor de Justiça Pedro Uchôa. A ideia não chegou a avançar por conta da copiosidade de praticantes da improbidade. O que se espera hoje é que o Senado Federal, assumindo a sua posição de Casa Revisora, oponha-se à Câmara dos Deputados derrubando essa Lei imoral com o agradecimento antecipado de todos brasileiros.

FOTO DIVULGAÇÃO

Fazendo bonito
Partiu da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fernanda Pacobahyba, uma severa advertência direcionada a todos os prefeitos do país, quanto à documentação a ser enviada por eles àquela entidade sem a qual não serão liberados os recursos para a construção de escolas de tempo integral, assim como de creches. O prazo-limite para o cumprimento desse mandamento legal é o próximo dia 04/05. Valeu a experiência da ex-secretária da Fazenda da Ceará para proteger da rapinagem preciosos recursos.

Inteligência Artificial Em face de carência **de** pessoas preparadas para trabalhar em empresas que exigem especialização, a UECE criou 1.000 vagas gratuitas para jovens que desejarem fazer curso de **Inteligência Artificial**. Trata-se de oportunidade ímpar, sabendo-se que já existem empresas instaladas e outras tantas que vêm por aí necessitando de técnicos com conhecimentos específicos para atender a esse moderno mercado bem remunerado.

Temática avançada Provando que o seu Congresso Estadual seria uma espécie de freio de arrumação na sua preciosa carga e pacificaria a sua tropa, o PSB realizou com sucesso um evento direcionado para a modernidade política e administrativa. Amplas exposições e discussões em torno da temática "Democracia, Economia Criativa e Gestão Compartilhada".

Fazendo história Comemorado o cinquentenário de fundação da Gráfica Cearense, empresa que vem ao longo de meio século prestando serviços a nossa comunidade, desenvolvendo suas atividades com um dos mais modernos equipamentos gráficos do país, só equiparados a de grandes impressoras do modernismo europeu. Sérgio Macedo faz história no empreendedorismo estadual.

Candidatura irreversível No seu aniversário, o senador Cid fez questão de reafirmar a sua confiança no deputado Júnior Mano afirmando que ele vai engrandecer o PSB com os seus votos e 42 prefeitos, contribuindo para eleger o maior número de deputados federais e estaduais para a legenda. Trata-se, segundo Cid, de liderança valiosa para qualquer partido. Como manifestações como essa, o senador vai tornando irreversível a indicação desse deputado como candidato ao Senado da República.

Valorizando o velho Orós Com o açude Orós sangrando, o deputado Simão Pedro, mobiliza empresários e políticos para tornar aquele reservatório como uma grande atração turística, além de ver reconhecidos os méritos do DNOCS, autor daquela obra do grande que teve o presidente Juscelino Kubitschek como grande apoiador.

Mais informações de Fernando Maia:
e-mail: fernandomaia@oestadoce.com.br

blogdofernandomaia.zip.net

POLÍTICA

Patativa do Assaré. Banca Cabaçal dos Irmãos Aniceto, Belchior, Fagner, Espedito Seleiro, Gina Vidal, Luísa Cela, Lira Neto, Raimundo Bezerra Falcão, Fernando Cirino, Ivan Bezerra serão os primeiros homenageados pelo TRE-CE com a Medalha do Mérito Artísticos e Cultural Patativa do Assaré.

MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Vereador denuncia obra com "empresa fantasma" e Câmara Municipal de Acopiara entra na mira do Ministério Público Estadual

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Acopiara entrou na mira do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Motivo: a obra de construção do novo prédio do Legislativo com gastos da ordem de 1 milhão e 500 mil reais. A denúncia de excesso de gastos foi feita pelo vereador Jefim do Moreirão. Segundo Jefim, há fortes indícios de irregularidades na obra que, até o momento, já consumiu mais de 1 milhão de reais. De acordo, ainda, com o parlamentar, como conta o repórter Carlos Silva, no Jornal Alerta Geral, o que chama a atenção é que a empresa responsável pela construção seria uma "empresa de fachada", sem sede física e com estrutura bastante duvidosa. O vereador Jefim afirma que a empresa estaria sendo usada, na verdade, para quitar dívidas de agiotagem da última campanha eleitoral do atual prefeito Vilmar, e da presidente da Câmara, Simónio — que, segundo ele, são irmãos. Jefim, ao classificar a denúncia como extremamente séria, cobrou, diante do interesse público e do volume de recursos envolvidos, que o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas tomem as providências cabíveis para apurar os fatos com transparência e responsabilidade.

Frase: **"Todos precisamos de um trampolim para subirmos. Mas use o seu trampolim. Se aproveitar dos outros para subir é falta de caráter!"** *No mundo da política a normalidade bate à porta.*

FOTO DIVULGAÇÃO



Deputado médico está assustado. "É um absurdo. Existem faculdades de Medicina localizadas hoje em cidades que não tem um hospital sequer para despachar um atendimento primário, como uma dor de dente, uma cefaleia ou uma dor na barriga. Então, o aluno vai fazer aquele curso médico, e ao fim não vai ter em alguns municípios o albergue indispensável para a formação. É preciso ver de perto as várias doenças que podemos ter nos hospitais. Esses alunos precisam ter esse contato no dia a dia para aprimorar suas funções", destacou Fernando Hugo, preocupado com a proliferação de escolas de medicina que poderão estar formando pessoas com qualidade duvidosa de ensino.

Vem aí R$ 1 bilhão nos aposentos

Pagamento da primeira parcela do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS, que começou, na quinta-feira (25) e fica concluído no próximo dia 8 de maio, movimenta a economia do Ceará com, pelo menos, R$ 1 bilhão e 210 milhões.

Tem dimdim para milhão e meio

Os números do Instituto Nacional do Seguro Social apontam que, nos 184 municípios do Ceará, 1 milhão e 400 mil beneficiários da Previdência Social recebem a gratificação natalina. Em todo o Brasil, são 34 milhões de pessoas com direito federais adquiridos.

"Fazendo a Diferença na Vida dos Cidadãos"

Este é o tema principal da quinta edição do Seminário dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O evento ocorrerá no Plenário do TCE, dia 9 de maio (sexta-feira), das 8h às 12 horas. As inscrições podem ser realizadas por meio do IPCeduc.

Mais informações de Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

Audiência pública vira palco de críticas contra SME

Sindiute criticou a estrutura das escolas municipais, o atraso na entrega de livros e fardamento e cortes na merenda escolar

FOTO REPRODUÇÃO / CMFOR



A audiência foi solicitada pela ver. Adriana Almeida, que foi elogiada pela abertura do espaço

A Câmara Municipal de Fortaleza foi palco, ontem (28), de uma série de ataques contra a Secretaria Municipal de Educação (SME) e ao próprio secretário Idilvan Alencar (PDT). As críticas foram feitas durante a audiência pública em alusão à "26ª Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública", promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A audiência foi proposta pela vereadora Adriana Almeida (PT), que presidiu a audiência, e contou com a presença do vereador Gabriel Aguiar (Psol) e da deputada estadual Larissa Gaspar (PT). Mas quem protagonizou a audiência foi a presidente do Sindiute, Ana Cristina. Representando os professores, Cristina denunciou uma série de irregularidades na gestão das unidades de ensino de Fortaleza.

Segundo Ana Cristina, está faltando arroz na merenda escolar das escolas de Fortaleza. O item estaria sendo substituído por macarrão. "Faz um mês que não chegou em nenhuma escola arroz. É grave porque o arroz está lá no cardápio três dias na semana, do berçário ao EJA [Educação de Jovens e Adultos]", denunciou Ana Cristina.

Ela também citou problemas na distribuição de frutas, que estariam sendo entregues podres em algumas unidades de ensino. "Precisa respeitar a escola pública, precisa investir na escola pública. Precisamos de pessoas sérias na gestão das escolas públicas. Nós não podemos achar que um político, que não é professor, está preocupado com a merenda escolar, com a escola que não está funcionando. Ele está preocupado é com o voto!", criticou.

O sindicato cobrou o fim das indicações políticas para a direção das escolas e propôs a realização de eleições diretas ou de concursos para o preenchimento dos cargos. Ana Cristina deu sequência às críticas que passaram pela falta de estrutura de algumas escolas, que estão com infestação de pombos e ratos; falta de apoio para alunos com deficiência; e a falta de climatização das salas de aula.

A presidente do Sindiute afirmou ainda que levará ao Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) suas suspeitas sobre a compra de livros escolares com dispensa de licitação. Ainda cobrou a entrega do fardamento para os alunos. "O secretário não responde nada que eu pergunto, não me apresenta o planejamento do orçamento, que escola ele quer. Me assusta ele trazer o pessoal da [Fundação] Lemann. Era pra ter trazido os freirianos [referência a Paulo Freire]. Então, pra mim, ele é privatista", criticou Ana Cristina.

As duras críticas foram mais um capítulo entre os desentendimentos entre o sindicato e o secretário Idilvan. A pressão sobre o secretário, que é deputado federal licenciado, tem crescido desde quando assumiu o cargo.

Sozinha como representante da SME, Marisa Botão defendeu que a pasta está aberta ao diálogo com a categoria. "A gente entende que são questões que precisam de atitude, de um olhar do governo, que precisa de resolutividade. A gente está realmente investindo todos os esforços para atender às questões levantadas por vocês", afirmou a assessora especial da secretaria.

"Com relação ao arroz, nós estamos iniciando hoje a entrega desse itens, o contrato já foi publicado na sexta-feira. O concurso de fardas nós já vamos fazer. A questão da eleição democrática, com eleição de diretores também é algo que temos interesse de estudar, estamos com um grupo de trabalho para viabilizar isso. Os livres da educação infantil já estão em rota, porque teve um atraso no processo de licitação", afirmou Marisa.

A assessora disse ainda que "já foram contratados 700 novos assistentes da educação inclusiva e estão para ser contratados mais 600 assistentes e profissionais de apoio".

Ana Cristina justificou que os ataques à gestão do Prefeito Evandro Leitão (PT) são mais duras porque o petista teve o voto da categoria. "Esse governo não pode desmoralizar o que a gente acredita de projeto social".

A presidente do Sindiute ainda levantou denúncias contra a gestão do ex-prefeito José Sarto (PDT), sobre a compra de itens pela Regional 5. E também questionou a ausência de parlamentares da direita.

"Cadê o pessoal da direita? Por que não está aqui? Eu mandei a convocação para todos, porque não estão aqui? Porque eles não querem o nosso voto, eles não tem o que se comprometer com a gente. Talvez, se o projeto deles tivesse ganho, a gente não teria a liberdade de se opor", alfinetou.

(Por Maurício Moreira)

MAIS CONTEÚDO ACESSE
www.oestadoce.com.br

Prefeitura encerra ciclo de encontros pelos 39 territórios de Fortaleza

FOTO REPRODUÇÃO / PMF



Encontros permitem que participantes debatam as iniciativas e prioridades para a gestão

A Prefeitura de Fortaleza encerra nesta semana os Fóruns Territoriais nas Regionais 4, 5, 6, 7 e 10. Foram 30 encontros realizados reunindo cerca de 30 mil pessoas, Durante os eventos, os participantes discutem quais iniciativas e prioridades serão realizadas ao longo da gestão municipal.

"Terça e quarta-feira desta semana vamos concluir o Ciclo de Fóruns Territoriais Presenciais e Virtuais, realizado para coletar contribuições da comunidade dos 39 territórios de Fortaleza para compor o Plano de Gestão 2025-2028 e PPA 2026-2029", explicou a vice-presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (Ipplan), Lia Parente.

A Prefeitura disponibiliza ainda os Fóruns Virtuais, que permitem a participação pela internet, até amanhã (30). iniciativa permite que moradores de todas as regiões da cidade contribuam com sugestões e opiniões que irão ajudar a definir as prioridades do planejamento municipal para os próximos quatro anos.

Para participar, basta acessar o site oficial dos Fóruns, clicar em Fóruns Territoriais Virtuais e preencher o cadastro com CPF e data de nascimento. Em seguida, o cidadão escolhe o bairro onde mora e os temas que deseja opinar.

Professores podem ganhar adicional do Funpen para ensinar em presídios

FOTO REPRODUÇÃO / CÂM. DOS DEPUTADOS



Projeto teve relatoria da deputada federal Dayany Bittencourt

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, ontem (28), uma proposta que incentiva o pagamento de remuneração adicional aos professores da educação básica que atuarem em penitenciárias e em estabelecimentos educacionais de internação de adolescentes.

A matéria foi aprovada com relatoria da deputada federal cearense Dayany Bittencourt (União). Em seu relatório, a parlamentar deixou claro que o repasse aos entes federados que aprovem leis de gratificação dos professores não será obrigatório, mas que o governo federal poderá usar esse fato como critério para priorizar estados e municípios na distribuição de recursos do Funpen (Fundo Penitenciário Nacional)

Pelo projeto, o governo federal poderá usar recursos do Funpen para o pagamento dos professores, com o objetivo de melhorar a formação educacional de presos. O projeto será avança para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.

Nacional

Novo CPNU. A segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) vai oferecer 3.352 vagas distribuídas em 35 órgãos da administração pública federal. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck. Do total de vagas, 2.180 são para convocação imediata, sendo 1.672 de nível superior e 508 de nível intermediário. As demais vagas (1.172) serão para formação de cadastro reserva. Todas essas vagas são de nível superior.

Ex-presidente do INSS ignorou parecer e liberou descontos em massa

A Polícia Federal aponta a atuação da cúpula do INSS para liberar o desconto em massa de aposentadorias em favor da Contag

Segundo a investigação, o instituto deu aval para a consignação da mensalidade associativa em 34.487 benefícios a partir de uma lista encaminhada pela entidade ao INSS. Alessandro Stefanutto, ex-presidente do instituto, foi um dos que assinaram a autorização, mesmo depois de a Procuradoria do órgão ter emitido um parecer contrário à liberação.

Segundo a PF, documentos internos do INSS citam que "foi esboçada uma solução pelo presidente do INSS" para o pedido da Contag, em reunião realizada em junho de 2023 entre representantes da Contag e Stefanutto.

Na última quarta-feira (23), a Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União) realizaram a operação Sem Desconto, para combater um esquema nacional de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões, que começou em 2016 e ganhou força em 2019.

Estão na mira da investigação associações e sindicatos que têm acordos com o INSS que permitem o desconto de mensalidades diretamente na folha de pagamento, desde que autorizados pelos aposentados e pensionistas, em troca de benefícios como plano de saúde, desconto em farmácia e academias.

Stefanutto deixou o cargo em meio às investigações. Entre 2019 e 2024, a soma dos valores descontados de benefícios do INSS por diversas associações chega a R$ 6,3 bilhões, mas ainda será apurado qual a porcentagem foi feita de forma ilegal, segundo as investigações.

A PF apontou "fundados indícios de lavagem de dinheiro" de pessoas ligadas à Contag, como diretores e procuradores, no pedido de buscas na investigação sobre descontos indevidos de aposentadorias. A entidade teria recebido R$ 2 bilhões em descontos de contribuições associativas -também não se sabe quanto desse montante é irregular.

Em nota, a defesa de Stefanutto disse que "reafirma a sua inocência e declara que no curso da investigação será comprovada a manifesta ausência de qualquer participação nos ilícitos investigados".

FOTO DIVULGAÇÃO



Temer está ciente sobre demais denúncias que podem ser "explosivas" no Planalto

A Contag repetiu nota divulgada na semana passada, quando a confederação disse que atua "na luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares". "Entre os quais estão aposentados, aposentadas e pensionistas rurais que fazem parte do quadro associativo e que autorizam o desconto da sua contribuição associativa para o Sistema Confederativo", afirmou a Contag.

Em março de 2023, a Contag solicitou ao INSS desbloqueio em massa dos descontos, já que, segundo relatório da PF, a confederação afirmava que os beneficiários estavam enfrentando dificuldades para fazer a autorização por meio do sistema do instituto.

A atuação da cúpula do INSS se deu após as áreas técnica e jurídica do instituto apontarem, em abril do mesmo ano, a "impossibilidade desse desbloqueio em lote", narra a PF.

"É importante frisar que o bloqueio do benefício surgiu como uma medida destinada a evitar fraudes e os consequentes danos aos idosos e ao próprio INSS", afirmou a Procuradoria do instituto.

Três dias após a reunião entre representantes da Contag e Stefanutto, em junho, a entidade manifestou "inconformidade com o indeferimento" e reforçou o pedido de liberação dos descontos. No ofício, a confederação apontou "dificuldades operacionais que o INSS tinha em atender os pedidos de desbloqueio feitos pelos beneficiários".

Na sequência, o então coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios do INSS, Jucimar Fonseca da Silva, enviou o processo da Contag à Presidência do INSS e informou que a entidade aguardava autorização para desbloqueio de 24 mil descontos. No mesmo despacho, ele citou a reunião feita dias antes entre a entidade e Stefanutto.

A investigação da PF aponta que a Contag, em outubro de 2023, listou 32.337 benefícios que aguardariam a decisão do INSS para receber a cobrança de mensalidade. No fim do mesmo mês, Jucimar assinou nota técnica em que considerou o pedido da Contag "razoável" e encaminhou o processo para Procuradoria do INSS -setor que, meses antes, deu parecer contrário ao desbloqueio.

No dia seguinte, o então procurador-chefe Virgílio de Oliveira Filho afirmou que não havia "óbice jurídico" em liberar os descontos. Ele ainda apontou que a consulta era de "baixa complexidade jurídica e com pedido de urgência", para justificar que ele mesmo analisaria o caso.

Em 6 de novembro, Stefanutto determinou que a área técnica do INSS "operacionalize o desbloqueio", com base em planilha fornecida pela Contag. A Dataprev teria então desbloqueado descontos em 34.487 benefícios de uma lista entregue pela confederação.

Jucimar e Virgílio foram afastados de seus cargos na semana passada, por determinação da Justiça. Procurados por meio da assessoria do INSS para comentar o assunto, eles não se pronunciaram. O INSS afirmou que ainda não teve acesso ao processo.

CGU aponta que aposentados desconhecem entidades que faziam descontos

Uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou que a maioria dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entrevistados pelo órgão desconhecia as entidades que faziam descontos de mensalidades não autorizados.

O relatório faz parte da investigação da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, deflagrada na semana passada para combater descontos não autorizados nos benefícios. Parte do segredo de Justiça da apuração foi derrubado nesta segunda-feira (28).

Entre os meses de abril e julho de 2024, a CGU realizou entrevistas, em todos os estados, com beneficiários que possuem descontos em folha. Segundo o órgão, dos 1.273 entrevistados, apenas 52 deles confirmaram filiação às entidades, e somente 31 autorizaram os descontos.

Em outra amostragem, a CGU entrevistou 35 beneficiários do INSS, no município de Raposa (MA), entre os dias 15 e 19 de abril do ano passado. A controladoria apontou que todos os entrevistados afirmaram que não conhecem as associações e não autorizaram os descontos nos benefícios.

A auditoria também estimou que, entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o acordo firmado entre o INSS e as 11 entidades investigadas ao longo dos anos gerou desconto médio de R$ 39,74 de cada aposentado. Para os auditores, os descontos indevidos chegaram a R$ 45,5 milhões.

Em nota divulgada após a operação, o INSS declarou que, das 11 entidades investigadas, somente uma teve acordo assinado em 2023. Segundo órgão, "os descontos vinham ocorrendo em governos anteriores". Logo após a deflagração da operação da PF, o INSS suspendeu todos os descontos oriundos dos acordos com as entidades.

CENTRAL GERADORA EÓLICA COLÔNIA S.A.

CNPJ n° 11.476.958/0001-70 - NIRE n° 23.300.029.402

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Abril de 2025

Em 24/04/25, às 08:10h, na sede social da Cia. Com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa**: Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna**. **Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 34.671.690,70 para R$ 28.671.690,70, uma redução, portanto, de R$ 6.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 6.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$6.000.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5° O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 28.671.690,70, dividido em 28.671.690 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."*. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. São Gonçalo do Amarante, 24/04/25. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente,** Luana Martins Vianna - **Secretária.** Acionista: **Ventus Energias Renováveis S.A.** - Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente,** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA ICARAÍ II S.A.

CNPJ n° 11.477.001/0001-48 - NIRE 23.300.029.381

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 /04/25

Em 24/04/25 de 2025, às 08h05min, na sede social da Cia. Com a totalidade do capital social da Cia. **Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos;** Secretária: **Luana Martins Vianna. Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 80.772.885,33 para R$ 47.272.885,33, uma redução, portanto, de R$ 33.500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 33.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 Lei das S/As. por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 33.500.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art 5°. O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 47.272.885,33), dividido em 47.272.885 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. Amontada, 24/04/25. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente**; Luana Martins Vianna - **Secretária.** Acionista: **Ventus Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente**; Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA ILHA GRANDE S.A.

CNPJ n° 08.624.273/0001-19 - NIRE n° 23.300.036.093

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24/04/25

Em 24/04/25, às 08:25h, na sede social da Cia. Com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna. Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 69.861.247,37 para R$ 62.361.247,37, uma redução, portanto, de R$ 7.500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 7.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no art. 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 7.500.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5°. O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 62.361.247,37, dividido em 62.361.247 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. Amontada, 24/04/25. **Mesa**: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente;** Luana Martins Vianna - **Secretária; Acionista: Brise Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente;** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA TAÍBA ÁGUIA S.A.

CNPJ n° 11.477.009/0001-04 - NIRE n° 23.300.029.372

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24/04/25

Em 24/04/25, às 08:15h, na sede social da Cia. Com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa**: Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna**. **Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 54.278.847,11 para R$ 42.778.847,11, uma redução, portanto, de R$ 11.500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 11.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 11.500.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5° O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 42.778.847,11, dividido em 42.778.847 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. São Gonçalo do Amarante, 24/04/25. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente,** Luana Martins Vianna **- Secretária.** Acionista: **Ventus Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente,** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA ICARAÍ I S.A.

CNPJ n° 11.476.987/0001-31 - NIRE 23.300.029.399

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Abril de 2025

Em 24/04/25, às 08h, na sede social da Cia. Com a totalidade do capital social da Cia. **Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos;** Secretária: **Luana Martins Vianna. Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 60.228.569,43 para R$ 32.228.569,43, uma redução, portanto, de R$ 28.000.000.00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 28.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As. , durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 28.000.000.00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5° O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 32.228.569,43, dividido em 32.228.569 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. Amontada, 24/04/25. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente;** Luana Martins Vianna - **Secretária.** Acionista: **Ventus Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente**; Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA RIBEIRÃO S.A.

CNPJ n° 10.656.583/0001-67 - NIRE n° 23.300.036.085

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Abril de 2025

Em 24/04/25, às 08:35h, na sede social da Cia. Com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa**: Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna. Deliberações**: Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 55.235.880,67 para R$ 47.735.880,67, uma redução, portanto, de R$ 7.500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 7.500.000, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 7.500.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5° O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 47.735.880,67, dividido em 47.735.880 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. Amontada, 24/04/25. **Mesa**: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente;** Luana Martins Vianna **- Secretária. Acionista: Brise Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente;** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos **- Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA PALMAS S.A.

CNPJ n° 10.656.525/0001-33 - NIRE n° 23.300.036.107

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24/04/25

Em 24/04/25, às 08:30h, na sede social da Cia. Com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa**: Presidente**: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna**. **Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 63.620.147,60 para R$ 58.720.147,60, uma redução, portanto, de R$ 4.900.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 4.900.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no art. 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$4.900.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do **Art. 5° do Estatuto Social** da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5° O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 58.720.147,60, dividido em 58.720.147 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais. Amontada, 24/04/25. **Mesa**: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Presidente;** Luana Martins Vianna - **Secretária. Acionista: Brise Energias Renováveis S.A. -** Paulo Alexandre Coelho Abranches - **Diretor Presidente;** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - **Diretor Financeiro.**

CENTRAL GERADORA EÓLICA TAÍBA ANDORINHA S.A.

CNPJ n° 11.477.020/0001-74 - NIRE n° 23.300.029.364

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24/04/25

Em 24/04/25, às 08:20h, na sede social da Cia. com a totalidade do Capital Social da Cia. **Mesa**: Presidente**: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária**: Luana Martins Vianna**. **Deliberações:** Aprovar a redução do capital social da Cia., com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$ 30.057.152,64 para R$ 25.557.152,64, uma redução, portanto, de R$ 4.500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Cia. com o respectivo cancelamento de 4.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia. estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das S/As. Consignar que, nos termos do §1° do Art. 174 da Lei das S/As., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Cia. ora deliberada. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Cia. ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2°, da Lei das S/As. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Cia., no montante R$ 4.500.000,00, será restituída à Acionista da Cia., em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovar a alteração do Art. 5° do Estatuto Social da Cia., para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: *"Art. 5°. O Capital Social da Cia., totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 25.557.152,64, dividido em 25.557.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* A Acionista decide autorizar a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. Nada mais - São Gonçalo do Amarante, 24 de abril de 2025. Mesa: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos -** Presidente, **Luana Martins Vianna -** Secretária. Acionista: **Ventus Energias Renováveis S.A. - Paulo Alexandre Coelho Abranches -** Diretor Presidente. **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos -** Diretor Financeiro.

NACIONAL

Celulares. O ministro do STF, Cristiano Zanin, classificou a decisão de mandar lacrar celulares em julgamento como excepcional e tomada em conjunto com os demais integrantes da 1ª Turma. Na semana passada, o STF determinou que os telefones de advogados e jornalistas que acompanhavam o julgamento do núcleo 2 da trama golpista fossem lacrados.

Lula esteve com o fundador do WikiLeaks, Julian Assange

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou, nessa segunda-feira (28), que se reuniu com o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, durante a viagem que fez a Roma para o funeral do Papa Francisco. O encontro não constava na agenda oficial do petista.

Os dois se reuniram na sexta-feira (25), segundo publicação de Lula nas redes sociais, na qual o ativista é elogiado. "Ele é um exemplo para todos que atuam em defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos", escreveu.

Ainda de acordo com a publicação, Lula afirmou que ambos conversaram sobre o engajamento de Francisco em favor da liberdade de expressão e da defesa da democracia. "Foi a partir da audiência concedida pelo papa à esposa e aos filhos de Assange, em 2023, que a campanha pela libertação do jornalista ganhou novo ímpeto."

Assange entrou na mira da Justiça americana após promover o vazamento de documentos confidenciais do Governo dos Estados Unidos, em 2010. No meio do ano passado, Assange se declarou culpado por violar a lei de espionagem americana. Em troca, o australiano será formalmente um homem livre depois de ter deixado a prisão no Reino Unido.

O acordo com o Governo americano encerrou uma batalha legal de 14 anos. "Fiquei muito feliz em constatar que Assange está bem de saúde e está reconstruindo a sua vida familiar e profissional", escreveu Lula.

Em 2010, o WikiLeaks divulgou centenas de documentos militares secretos dos Estados Unidos sobre as guerras de Washington no Afeganistão e no Iraque, as maiores violações de segurança desse tipo na história militar americana. Assange foi acusado anos depois sob a Lei de Espionagem.

Ele foi preso no Reino Unido, em 2010, por um mandado europeu após acusações de crimes sexuais na Suécia, que foram retiradas. Refugiou-se na Embaixada do Equador em Londres por sete anos para evitar extradição. Em 2019, foi removido da representação diplomática e levado para a prisão de Belmarsh por violação de fiança.

Quando foi libertado, no ano passado, Lula comemorou a decisão. "Hoje o mundo está um pouco melhor e menos injusto. Assange está livre após 1.901 dias na prisão. Sua libertação e retorno para casa, embora tardios, representam uma vitória para a democracia e a luta pela liberdade de imprensa", disse na ocasião.

Assange quebrou o silêncio pela primeira vez desde a saída da prisão, em outubro do ano passado. Ele falou perante uma comissão do Conselho da Europa em Estrasburgo, no nordeste da França, que examina as condições e o impacto da detenção dele.

"Não estou livre hoje porque o sistema funcionou, mas, sim, porque, após anos de encarceramento, declarei-me culpado de ter feito jornalismo", disse Assange, que passou os últimos 14 anos recluso entre a Embaixada do Equador em Londres e a prisão britânica. "Escolhi a liberdade em vez de uma justiça irrealizável."

Governo anuncia R$ 90 milhões para preservação da Caatinga

Medidas incluem o Conecta Caatinga e o Áreas Protegidas para conservar a biodiversidade e engajar povos e comunidades tradicionais

FOTO ROGÉRIO CASSIMIRO/MMA



Marina Silva disse que o bioma é afetado pelas mudanças climáticas e pela ação humana

No Dia Mundial da Caatinga, comemorado nessa segunda-feira (28), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) anunciou uma série de iniciativas voltadas para a preservação do bioma Caatinga, com investimentos de aproximadamente R$ 90 milhões. A Caatinga existe somente no Brasil, onde ocupa cerca de 10% do território, em uma área de 862.818 km².

Engloba os Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, Maranhão, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Piauí e de Sergipe, além do norte de Minas Gerais. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem no bioma, que é caracterizado por uma vegetação adaptada a pouca água, como cactos e suculentas, e possui uma diversidade de animais, que incluem os répteis teiú e calangos; aves, como a asa-branca e a arara-maracanã-verdadeira; e mamíferos, como morcegos e roedores.

Na cerimônia, em Brasília, a ministra titular do MMA, Marina Silva, ressaltou os impactos que a Caatinga tem sofrido, tanto com mudanças climáticas como com ações humanas, e reforçou a importância de iniciativas voltadas para o bioma. "É muito legítima a demanda de que a Caatinga tenha um olhar especial, porque ela está dentro do nosso país e é nossa responsabilidade manter esse espaço tão necessário para a nossa biodiversidade", disse.

"Nós sabemos que ela vem sendo afetada pelas mudanças climáticas, pela ação humana e pelos projetos de desenvolvimento que acontecem. Inclusive por aqueles que são importantes, estratégicos e fundamentais, como é o caso da geração de energia limpa, renovável e segura. Mesmo essas atividades têm um impacto. Portanto, é preciso que a gente tenha processos de regulamentação, para que esses impactos não venham a afetar a biodiversidade e as comunidades locais", acrescentou.

As iniciativas anunciadas incluem o Conecta Caatinga e o Áreas Protegidas da Caatinga (Arca). O primeiro, tem como prioridade promover a conservação da biodiversidade e contribuir para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, além de combater a desertificação, por meio da conectividade entre vegetação, pessoas e águas entre áreas protegidas do bioma. O projeto deverá começar no segundo semestre deste ano e deverá durar cinco anos. Para ele, estão previstos os aportes de US$ 6 milhões, aproximadamente R$ 34,1 milhões, do Fundo Global para o Meio Ambiente.

Já o Arca tem como foco a conservação de espécies ameaçadas de extinção, o engajamento de povos e comunidades tradicionais e a gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) no bioma. O Arca será executado em nove unidades de conservação, entre federais e estaduais. Serão disponibilizados US$ 9,8 milhões, o equivalente a cerca de R$ 55,7 milhões, do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade.

"Quanto mais desmatamento, quanto mais pressão – seja para extração de madeira ou de lenha para geração de energia, seja para as famílias, seja para as indústrias que usam lenha – é importante que a gente tenha políticas voltadas para a proteção da Caatinga. Restaurar as áreas degradadas, prevenir e reverter processos de desertificação e fortalecer a agricultura de base ecológica a partir de novas práticas e principalmente de boas práticas que sejam capazes de ser resilientes", disse Marina.

Além dos anúncios dos projetos, foi realizada a posse dos membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, que, pela primeira vez, conta com a participação de representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O colegiado é um órgão de natureza deliberativa e consultiva que faz parte do MMA. ***(Com Agência Brasil)***

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Deputada federal acusa marido de agressões físicas e psicológicas

Em uma carta aberta divulgada nas redes sociais, a deputada federal Marussa Boldrin (MDB/GO) acusou o marido Sinomar Júnior de cometer violência. Segundo ela, as agressões psicológicas começaram logo após o nascimento da primeira filha e pioraram a partir de 2023 quando as agressões físicas tiveram início. "Não quero mais carregar essa dor calada. Não quero mais fingir que está tudo bem. Não aceito mais ser abusada, nem física, nem moral, nem psicologicamente. Hoje, eu começo a escrever um novo capítulo da minha vida. Um capítulo de cura, de força, de dignidade. Por mim. Pelos meus filhos. Por todas nós", postou.

Ao longo do texto, Marussa descreve como foi o relacionamento abusivo e classifica a denúncia pública como ato de coragem. "Durante anos, fui silenciada dentro da minha própria casa. Fui desvalorizada, desacreditada, diminuída como mulher, como mãe e como profissional. E, por muito tempo, acreditei que suportar em silêncio era o caminho. Hoje, sei que não era", disse.

Segundo a parlamentar, os problemas começaram logo após o nascimento da primeira filha. "O homem que havia jurado cuidar de mim se afastou, emocional e fisicamente, e as agressões psicológicas começaram", destacou, ao explicar que o silêncio ao longo dos anos foi por medo, vergonha e por acreditar que tudo poderia mudar.

"Mesmo depois de descobrir uma traição, em que a outra pessoa chegou a me mandar mensagem expondo o relacionamento entre eles, tentei reconstruir. Engravidei do segundo filho mais uma vez tentando corrigir a rota do abuso com amor. Ao invés da relação dar sinais de melhora, os abusos se transformaram em pesadelos diários. E a pressão psicológica e moral passou a ser regra", acrescentou.

Houve, segundo ela, uma "rotina de sofrimentos", com muitos xingamentos, maus-tratos, ameaças e humilhações. "Em me agarrei à falsa esperança de que o amor pudesse curar o que, na verdade, era abuso. Mas não há cura quando não há respeito. Não há reconstrução possível onde há destruição emocional diária", disse. ***(Com Agência Brasil)***

Governo assina concessões de 1.200 km de rodovias do Paraná

O Governo Federal assinou nessa segunda-feira (28) os contratos de concessão dos lotes 3 e 6 de rodovias no Paraná. Participaram do evento o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB/AL), e o governador do Estado, Ratinho Júnior (PSD), além de outras autoridades e representantes das empresas Motiva, nova marca da CCR, e a EPR.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha previsão de acompanhar a cerimônia, mas a presença dele foi cancelada horas antes do evento. Segundo Renan Filho, Lula estava gravando a mensagem para o Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio, e acabou não conseguindo comparecer ao encontro.

As duas concessões somam 1.231 quilômetros de rodovias federais e estaduais. Com vigência de 30 anos, os contratos preveem investimentos de R$ 16 bilhões pela Motiva, que cuidará do lote 3, enquanto o contrato com a EPR aplicará R$ 20 bilhões no lote 6.

FOTO MÁRCIO FERREIRA/MT



Com vigência de 30 anos, os contratos preveem investimentos de R$ 36 bilhões

As concessões integram o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e reúnem trechos de rodovias federais e estaduais dentro de cada lote. "Hoje o Brasil tem a maior carteira de concessões de rodovias do mundo", disse Renan Filho.

A Motiva arrematou o lote em dezembro do ano passado, depois de oferecer desconto de 26,6% sobre a tarifa básica de pedágio. Com 569,7 quilômetros de extensão, o lote 3 integra o chamado Corredor Norte, conectando o Paraná ao Porto de Paranaguá, integrando Santa Catarina e São Paulo.

A área impactada abrange 22 municípios, incluindo Londrina, Ponta Grossa e Apucarana, polos estratégicos do setor produtivo. Está prevista a duplicação de 132,6 km, além da implantação de 24,6 km de faixas adicionais e a construção dos contornos rodoviários de Ponta Grossa, Apucarana e Califórnia, totalizando 61,6 km.

A concessão também deve impulsionar a economia regional, com a geração de mais de 143 mil empregos diretos e indiretos, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Já o lote 6, da EPR, prevê investimento de R$ 20,11 bilhões para obras e melhorias nos 662,1 quilômetros de rodovias, sendo o maior projeto rodoviário do Paraná.

Está prevista a duplicação de 462 quilômetros, além da implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais, 87 quilômetros de vias marginais e 13 quilômetros de contornos. Entre as demais melhorias estão a construção de 38 passarelas, 14 passagens de fauna, três pontos de parada e descanso e 21 quilômetros de iluminação na serra. Principal rodovia do Paraná, a BR-277 é rota estratégica para o porto de Paranaguá, o segundo maior do Brasil.

NACIONAL

Estabilidade. Jair Bolsonaro (PL) segue internado na UTI, agora com introdução de água, chá e gelatina por via oral, segundo os médicos. A mudança na dieta é uma transição da alimentação exclusivamente parenteral (intravenosa) que Bolsonaro precisou seguir até então. O quadro é estável, mas ainda não há previsão de alta da UTI.

CLÁUDIO HUMBERTO PODER, POLÍTICA& BASTIDORES



com RODRIGO VILELA E TIAGO VASCONCELOS

Afano no INSS enterra volta do imposto sindical

"O INSS não é botequim da esquina"
Ministro Carlos Lupi (Previdência) tentando explicar o inexplicável roubo no INSS

O envolvimento de sindicatos no esquema que surrupiou mais de R$6 bilhões de aposentados e pensionistas do INSS fez o governo frear as costuras para tentar ressuscitar o imposto sindical, sonho do ministro Luiz Marinho (Trabalho). Dentro do governo e da oposição, há a certeza de que o projeto não avança, "é um projeto de poder, de financiamento de aliados e de perpetuação desse esquema que beneficia poucos e prejudica milhões", disse à coluna o deputado Evair de Melo (PP-ES).

Cabresto sindical

"Vamos trabalhar para enterrar de vez essa tentativa absurda de meter a mão no bolso do trabalhador", diz Evair ao rejeitar o "cabresto sindical".

Fim da democracia

Na mesma linha segue o deputado Osmar Terra (MDB-RS), que chama a contribuição obrigatória de escandalosa e antidemocrática.

Projeto terceirizado

O governo ensaiou apoiar uma proposta do deputado Luiz Gastão (PSD-CE). O plano era apresentar o projeto ainda neste semestre.

Tamanho do butim

Estudos que circulam entre deputados apontam que, uma vez vigorando, o imposto pode gerar renda na casa dos R$ 4 bilhões aos sindicatos.

Mariana: escritório britânico dá sinais de agonia

O escritório britânico de advocacia Pogust Goodhead (PG) faz de tudo para não perder mais clientes nas ações contra Vale e BHP na Europa. É que termina no fim de maio o prazo para que as pessoas físicas afetadas pela tragédia de Mariana façam opção pelo acordo no Brasil. Entre as cidades afetadas, 26 abandonaram as ações do PG. Quando os clientes abandonam o processo no exterior, cai o faturamento do PG na causa. E agrava mais a situação financeira do escritório, já à beira do abismo.

Faltando fôlego

O balanço de 2022 do PG, publicado em abril, com 18 meses de atraso, revelam dívida de curto prazo superior a 500 milhões de libras (R$3,8 bi).

Incerteza material

Enquanto se aguarda o balanço de 2023 desde setembro, auditores sinalizaram "incerteza material" sobre o fôlego do negócio para funcionar.

Com bolso forrado

Em meio demissões em Londres e no Brasil, a banca britânica é acusada de haver embolsado adiantamento de 4,24 milhões de libras (R$31,2 mi).

Motivação eleitoral

Novo patrocinador da CBF, a Jordan (marca da Nike) estréia mudando a cor da camisa da Seleção para vermelho, na Copa de 2026, em plena campanha eleitoral presidencial. Grave não é os lacradores da Nike fazerem a presepada, é a CBF vender o uso eleitoral da ex-canarinha.

Bandeira será vermelha

A mudança na cor da Seleção debocha da máxima conservadora de que "a bandeira do Brasil jamais será vermelha". Parece que é esse o plano, a começar pelo enterro da camisa mais respeitada do futebol mundial.

Jane do Clezão

O STF o deixou morrer na Papuda, mas Clezão parece destinado a viver na memória da cidade. Já circula nos carros de Brasília o adesivo "Jane do Clezão", referência à pré-candidatura da viúva, em 2026.

Auxiliar diligente

A decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta, de protelar o projeto da isenção do Imposto de Renda foi interpretada por deputados como mais uma obediência a Lula: o governo não tem como bancar a promessa de campanha, nem o desgaste eventual por admitir o rombo nas contas.

EUA nos Brics

Apesar de não participar do encontro dos ministros do grupo dos Brics, que se realiza no Rio de Janeiro, esta semana, os Estados Unidos (e as tarifas de Donald Trump) dominam todas as mesas de discussões.

Passaporte

Taxadd viaja de novo, agora aos EUA e México, na sexta (2). Diz que vai atrás de investimentos. Ficará flanando até quarta (7), chega na quinta e, como petista não é de ferro, expediente garantido só na segunda (12).

Que escândalo?

Enquanto a PF colocava na rua o escândalo da gatunagem no INSS, Lula estava com os ministros Luiz Marinho (Trabalho) e Sidônio Palmeira (Comunicação Social) definindo participação nos atos de 1º de Maio.

Encontro fortuito

Após o funeral do Papa, onde não se encontraram, os presidentes Trump e Lula podem se cruzar ainda este ano na 10ª Cúpula das Américas, da OEA, marcada para outubro, em Punta Cana, República Dominicana.

Responda rápido

Você compraria um carro usado de Carlos Lupi, ministro da Previdência?

O PODER SEM PUDOR

Presidente muito doido

Eleito presidente, Jânio Quadros viajou à Europa no navio Aragon, acompanhado da mulher e da mãe. João Dantas, diretor do Diário de Notícias, do Rio, mandou o mestre Joel Silveira, seu melhor repórter, cobrir o passeio que seria relatado depois no seu livro "Viagem com o Presidente Eleito" (Mauad, Rio, 1996). A bordo, Joel ficou chocado com o "tom frio, isento" do presidente meio maluco, ao apresentar a própria mãe: "E esta é D. Leonor, minha mãe. Está com câncer já adiantado, irreversível. Tem talvez mais uns poucos anos de vida."

Em 10 anos, aumenta desigualdade racial no ensino básico

Diferença de desempenho entre estudantes brancos e pretos, pardos e indígenas aumentou de 2013 a 2023 em todas as etapas do Saeb

A desigualdade racial no aprendizado escolar se acirrou no Brasil no período de dez anos. A diferença de desempenho entre estudantes brancos e pretos, pardos e indígenas (PPI) aumentou de 2013 a 2023 em todas as etapas avaliadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A conclusão é de estudo feito pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e pelo Todos Pela Educação com base nos microdados do Saeb, do Ministério da Educação (MEC). A análise foi divulgada nessa segunda-feira (28), data em que se comemora o Dia da Educação.

Segundo o relatório, desigualdades educacionais que já eram evidentes antes da pandemia de covid-19 não apenas persistiram no país nos últimos anos, como ainda foram aprofundadas. É o caso das disparidades de aprendizagem por raça.

Historicamente, o conjunto de estudantes pretos, pardos e indígenas têm desempenho menor na avaliação do que os brancos. Essa diferença se acentuou no período analisado, aponta o relatório.

Os dados mostram que as diferenças são evidentes já nos primeiros anos da vida escolar. No 5º Ano do Ensino Fundamental, 61,7% dos estudantes brancos atingiram o nível de aprendizado considerado adequado em Língua Portuguesa, em 2023. Entre os estudantes PPIs, 53,5% atingiram esse nível. Em relação a 2013, houve aumento de 0,3 ponto percentual na diferença de desempenho entre esses dois grupos.

O mesmo aconteceu em Matemática, área na qual 41,3% dos estudantes pretos, pardos e indígenas alcançaram o nível adequado, enquanto entre os brancos a taxa foi de 50,8%. A diferença é 0,9 ponto maior do que em 2013.

FOTO AGÊNCIA BRASIL



No 5º Ano, o aprendizado adequado foi alcançado por 61,7% dos alunos brancos e por 53,5% dos pretos

Com poucas estratégias para diminuir essa desigualdade, a diferença de desempenho entre esses dois grupos de estudantes aumenta ao longo do Ensino Fundamental, chegando ao maior patamar no 9º Ano.

Em 2023, 45,6% dos alunos brancos e amarelos alcançaram o nível adequado em Língua Portuguesa, enquanto entre pretos, pardos e indígenas esse índice foi de 31,5%, diferença de 14,1 pontos percentuais. Em 2013, essa distância era de 9,6 pontos. Em Matemática, a diferença entre os dois grupos cresceu 2,4 pontos.

No 3º Ano do Ensino Médio, a diferença entre os dois grupos em Língua Portuguesa aumentou de 11,1 para 14 pontos. Apenas em Matemática houve redução da desigualdade, passando de 4,4 para 3,9 pontos de distância.

A diminuição da disparidade de rendimento nessa disciplina, no entanto, explica-se mais pela queda de rendimento dos estudantes brancos do que pela melhora dos PPIs. Em 2013, 8,5% dos brancos atingiram o nível adequado em Matemática. Em 2023, esse índice caiu para 7,6%. Já entre os pretos, pardos e indígenas, o percentual foi de 4,1% para 3,7% nesse período.

As desigualdades também se refletem no nível socioeconômico. No 5º Ano, 61% dos alunos mais ricos atingem aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, frente a 45% dos mais pobres. Em Matemática, os percentuais são de 52% e 32%, respectivamente.

O estudo cita que, "se os desafios já eram grandes antes da pandemia da covid-19, o contexto atual torna ainda mais urgente o fortalecimento de políticas públicas focadas na recomposição das aprendizagens e na redução das desigualdades, garantindo o direito à educação de qualidade para todos. Além do racial, a pesquisa traz recortes entre escolas públicas e particulares e níveis socioeconômicos.

Ceará

Na rede pública, considerando aprendizado adequado para o 9º Ano, em Língua Portuguesa, o Ceará é o primeiro colocado em 2023, com 46,6 pontos, crescimento de 2,6 em relação a 2019. É primeiro colocado também em Matemática, com 26 (aumento de 1 ponto na comparação com 2019).

No 5º Ano, ficou em 3º lugar, com 66,4 pontos, em Língua Portuguesa, em 2023, abaixo apenas do Paraná (70,4) e de Santa Catarina (66,8), mas acima da média brasileira (55,1). Na comparação com 2019, o Ceará cresceu 2,2 pontos, enquanto Paraná e Santa Catarina caíram 0,9 e e 2,3, respectivamente, assim como o Brasil, que reduziu 1,4 ponto. Em Matemática, o Ceará é o quarto, com 52,9 pontos, mas acima da média nacional: 43,5. Em relação a 2019, o Ceará ficou estagnado e o país caiu 3,2 pontos.

Oposição na Câmara mira Lupi por suspeitas de fraude no INSS

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT/RJ), deve comparecer nesta terça-feira (29) à Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados para falar sobre a operação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) que mirou descontos associativos indevidos em benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "Estarei lá. Não tenho que ter medo, não. Tenho a tranquilidade dos justos", disse Lupi ao ser questionado pela reportagem se compareceria à reunião.

Ele foi convidado e não convocado, o que deixa o comparecimento a critério dele. "Já passei por isso em outros momentos. Passei por situação muito mais forte quando fui ministro do Trabalho [demitido por Dilma Rousseff em 2011 após acusações de irregularidades em acordo com uma ONG]. Não tenho um processo em 40 anos de vida pública. Você vai gerar sempre gente incomodada e incompreensões, algum tipo de ação contra você", acrescentou.

O convite é de autoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), da base do governo Lula (PT). "A gente convidou o ministro antes da confusão. Todo ano a gente convida para dizer como está a pasta, os avanços, o que fez com as emendas da comissão. E, agora, eles têm um problema, e é óbvio que vai ser tema da comissão. Não tem como não perguntarem", afirmou a parlamentar.

"É um pouco para a gente se inteirar do que aconteceu. A gente lê no jornal, mas a fonte é o ministério. Saber quais medidas foram tomadas, como vão punir essas entidades", acrescentou.

A deputada Clarissa Tércio (PP/PE), da oposição, espera prestação de contas de Lupi "sobre a inaceitável inação do governo Lula frente a um esquema de fraudes que lesou milhões de aposentados em todo o Brasil".

A ação da PF e da CGU tem como objetivo combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões. De acordo com as investigações, a soma dos valores descontados chega a R$ 6,3 bilhões, entre 2019 e 2024, mas ainda será apurado qual a porcentagem foi feita de forma ilegal.

Dino determina desapropriação de terras atingidas por incêndios criminosos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou nessa segunda-feira (28) que a União desaproprie terras atingidas por incêndios intencionais ou desmatamento ilegal. A medida deverá ser tomada quando a responsabilidade do proprietário for comprovada.

"Não é razoável que, ano após ano, bilhões de reais de dinheiro público sejam gastos combatendo incêndios dolosos e desmatamentos claramente ilegais. Com este ciclo perpétuo, pune-se duplamente a sociedade", afirmou Dino.

A ordem foi dada no âmbito de processo que discute as ações do Governo Federal contra as queimadas no Pantanal e na Amazônia. De acordo com o ministro, é razoável aplicar medidas administrativas para induzir ao cumprimento das decisões do STF no caso.

Segundo Dino, a Constituição determina à União promover a desapropriação do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, com vistas à implementação da reforma agrária. "A preservação ambiental revela-se componente indispensável à regular fruição do direito de propriedade, cuja validade constitucional está condicionada ao cumprimento de sua função social", disse.

CIDADES

Vagas. O Sine Municipal oferta 1.697 vagas de trabalho em Fortaleza, em 190 empresas. As inscrições podem ser feitas em uma das sedes do Sine, nos bairros Parquelândia, Siqueira e Aldeota. O atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h. O órgão também oferece atendimento online.

FOTO DIVULGAÇÃO



Etice inaugura nova sala Google em Baturité

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice) irá inaugurar sua 9ª Sala Google no município de Baturité. O equipamento será inaugurado no próximo dia 30 de abril, na Escola Municipal de Tempo Integral Jorge Gomes de Figueiredo, às 10h, e contará com a presença do presidente da Etice, Francisco Barbosa, do prefeito do município, Herberlh Mota, e de diversas outras autoridades municipais.

Outras Salas Google foram entregues anteriormente em Acaraú, que conta com duas unidades do equipamento; Itaitinga; Deputado Irapuan Pinheiro, Maracanaú, Fortaleza, Beberibe e Limoeiro do Norte.

A intenção é inaugurar mais de 40 Salas Google em instituições públicas de ensino até o fim de 2026. A iniciativa veio para despertar professores e alunos para a transformação digital necessária ao ensino de melhor qualidade.

O Presidente Barbosa destacou que "as salas Google são instrumentos para reforçar a necessidade da formação digital de alunos e professores. Por meio da plataforma disponibilizada, este público terá acesso, de forma gratuita, a cursos, trilhas, programas e vai entrar em contato direto com assuntos que estão na pauta mundial, tais como Inteligência Artificial, Cybersegurança, BigData e diversos outros temas, aprimorando os resultados excepcionais do Ceará na Educação".

UFC participou de testes de vacina contra chikungunya aprovada pela ANVISA

Foi aprovado neste mês de abril, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o registro definitivo da primeira vacina contra a chikungunya, desenvolvida no Instituto Butantan, em parceria com a farmacêutica franco-austríaca Valneva, e que contou com a participação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Com o parecer favorável, o imunizante está autorizado a ser aplicado no país, em dose única, na população de 18 a 65 anos.

O imunizante já havia recebido aprovação da Food and Drug Administration (FDA), agência reguladora dos Estados Unidos, após avaliação em 4 mil voluntários nesta faixa etária. Dos participantes do ensaio clínico, 98,9% produziram anticorpos neutralizantes, com níveis que se mantiveram robustos por ao menos seis meses. Os resultados foram publicados na revista científica The Lancet, em setembro do ano passado. A European Medicines Agency (EMA), da União Europeia, também aprovou o imunizante.

Esta é a primeira vacina autorizada contra a chikungunya, doença viral transmitida por meio da picada de mosquitos Aedes aegypti infectados – os mesmos que transmitem dengue e zika. No Brasil, durante o ano de 2024 foram registrados mais de 265 mil casos prováveis da doença e pelo menos 243 mortes, de acordo com o Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde. Atualmente, todos os estados brasileiros registram transmissão do vírus, sendo Minas Gerais, Mato Grosso e Espírito Santo aqueles com maior incidência na população.

Em mais de 50% dos casos, os pacientes desenvolvem dor crônica nas articulações (quando os sintomas persistem por mais de 90 dias após o início). Além disso, o vírus pode causar desregulação em várias outras enfermidades preexistentes: Alzheimer, diabetes, doenças reumáticas e respiratórias. "Estima-se que em cerca de 10% dos casos haja repercussão para o resto da vida", destaca o infectologista Ivo Castelo Branco Coelho, professor da Faculdade de Medicina (FAMED) e coordenador do Núcleo de Medicina Tropical da UFC, que participou da fase III de acompanhamento de testes do imunizante.

"A vacina mostrou-se eficaz e segura, com poucas contraindicações e efeitos colaterais ínfimos, comuns a qualquer vacina, como dor de cabeça e no local da aplicação", diz o pesquisador.

Ceará amplia oferta de concursos para forças de segurança e conta com cerca de 2050 vagas imediatas

1600 vagas já estão com inscrições abertas para PMCE e PCCE e outras 450 vagas serão abertas em maio deste ano, para CBMCE

O Ceará está com três concursos públicos em andamento para as forças de segurança do estado, totalizando 2.050 vagas imediatas. A Polícia Militar do Ceará (PMCE) está com inscrições abertas para 1.000 vagas para soldado, com inscrições até 12 de maio. A Polícia Civil abre 500 vagas para oficial investigador, com inscrições de 2 a 16 de maio e mais 100 para delegado. Ainda em maio, serão ofertadas mais 450 vagas para o Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE).

FOTO HYAGO FELIX/ O ESTADO



Pacote Ceará Contra o Crime prevê mais de 6 mil novos agentes até 2026

De acordo com o Executivo Estadual, nos últimos dois anos, as forças de segurança do Ceará receberam 3.053 novos profissionais: 1.945 na PMCE, 428 na PCCE e 80 peritos criminais. Outros 600 agentes estão em formação para atuar no sistema prisional. Com as contratações, o plano "Ceará Contra o Crime", que prevê a contratação de 6.730 profissionais até 2026, está a pouco mais da metade da meta de contratações.

Dos concursos

Nesta segunda-feira (28) o governador Elmano de Freitas (PT) lançou concurso público para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado (CBMCE), com 450 vagas imediatas para o cargo de soldado e formação de cadastro reserva. O salário inicial será de R$5.893,30, e as inscrições estarão abertas de 14 de maio a 2 de junho. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) e estará disponível nos sites da Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp), da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e do CBMCE.

Das 450 vagas, 360 são destinadas à ampla concorrência e 90 para candidatos negros (pretos e pardos). Além disso, haverá 900 vagas para cadastro reserva, seguindo a mesma proporção (80% ampla concorrência e 20% para negros). Pelo menos 15% das vagas serão reservadas para mulheres, que concorrerão em igualdade de condições com os homens.

O processo seletivo será composto por cinco etapas: prova objetiva, exame de saúde, avaliação psicológica, teste de capacidade física e investigação social. Para concorrer às vagas, é necessário ter idade igual ou superior a 18 anos e, na data de inscrição no concurso, até 29 anos, 11 meses e 29 dias, além de ensino médio completo e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria B.

Os aprovados passarão por um curso de formação na Aesp, onde serão nomeados alunos-soldados com remuneração de R$2.935,04. Após a conclusão e formatura, serão promovidos a soldados, com salário de R$5.893,30.

Já na PMCE, o concurso oferece 800 vagas para ampla concorrência e 200 para candidatos negros e pardos, além de 500 vagas de cadastro reserva seguindo a mesma proporção (80% ampla concorrência e 20% negros e pardos), com reserva de pelo menos 15% das vagas para mulheres. O processo seletivo compreende cinco etapas: prova objetiva, exame de saúde, avaliação psicológica, teste de capacidade física e investigação social, exigindo dos candidatos idade entre 18 e 29 anos e 11 meses na inscrição, ensino médio completo e CNH categoria B, onde os aprovados iniciam como alunos-soldados com remuneração de R$ 2.773,35, sendo promovidos a soldados após a formação.

Na PCCE, o certame atual conta com 500 vagas. Os candidatos precisam ter no mínimo 18 anos na posse, diploma superior e CNH categoria B, passando por um processo seletivo com cinco etapas eliminatórias: prova objetiva de seis horas em Fortaleza com questões de múltipla escolha sobre diversas disciplinas, prova discursiva com redação de 25 a 30 linhas no mesmo dia, seguido de teste de aptidão física (flexão de braço em barra fixa - com variação por gênero, impulsão horizontal, flexão abdominal e corrida de 12 minutos), avaliação psicológica e investigação social.

Por Hyago Felix

Sete pessoas são presas por fraudes bancárias e estelionatos eletrônicos no Ceará

Na manhã desta segunda-feira (28), a primeira fase da Operação Spectre resultou na prisão de sete pessoas no Ceará, acusadas de integrar uma organização criminosa dedicada a fraudes bancárias e estelionatos eletrônicos. A ação, deflagrada pela Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE), cumpriu mandados em Fortaleza, Região Metropolitana e em Belém (PA), com foco principal no desmantelamento do grupo atuante nos dois Estados.

As investigações, conduzidas pela Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC), começaram após cruzamento de informações de uma série de boletins de ocorrência relatando golpes virtuais em Fortaleza e Belém. Os criminosos utilizavam métodos como empréstimos fraudulentos em nome de vítimas, saques indevidos do FGTS, abertura de contas bancárias, burlando a biometria facial, e fraudes por spoofing (técnica em que números de telefone eram clonados para simular instituições financeiras, facilitando o acesso ilícito a aplicativos bancários).

No Ceará, os alvos da operação foram presos por fraude eletrônica, lavagem de dinheiro, falsificação de documentos e associação criminosa. Um dos detidos foi autuado em flagrante por manter um laboratório de falsificação de documentos. Além das prisões, a ação apreendeu quatro veículos e bloqueou valores milionários em contas bancárias de 24 pessoas físicas e jurídicas ligadas ao esquema. A operação contou com a execução de sete mandados de prisão preventiva e 17 mandados de busca e apreensão. As investigações continuam para identificar possíveis outros envolvidos.

A PCCE informa que a população pode contribuir com as investigações repassando informações que auxiliem os trabalhos policiais. As informações podem ser direcionadas para o número 181, o Disque-Denúncia da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), ou para o (85) 3101-0181, que é o número de WhatsApp, pelo qual podem ser feitas denúncias via mensagem, áudio, vídeo e fotografia ou ainda via "e-denúncia", o site do serviço 181, por meio do endereço eletrônico.

Por Hyago Felix

FRANCISCO WELLINGTON SOUSA DA MOTA - CPF: 011.800.593-60
Torna público que **requereu** da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a Licença de Instalação – LP/LI, para construção de uma residência unifamiliar, Av. Eusébio de Queiroz, S/N, Condomínio River Lake, Q-09, LT-07, Centro, Eusébio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências do manual de informações para o licenciamento ambiental na AMMA.

MATEUS SUPERMERCADOS S.A CNPJ: 03.995.515/0245-03 (MIX MATEUS)
Torna público que requereu da Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Quixeramobim - AMAQUI a Renovação da Licença de Operação – LO para Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados, localizado na Rua Antônio Pinto de Mendonça s/nº, Bairro Edmilson Correia - Quixeramobim (CE). Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de licenciamento da AMAQUI.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Pré-Qualificação . A Prefeitura Municipal de Milhã/Ce, torna público que até às 09:00h, dia 15 de maio de 2025, estará recebendo documentos de pré-qualificação das empresas, interessada em participar da futura concorrência, cujo objeto é Pré-qualificação para construção de Areninha do Cipó no município de Milhã-CE., conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas pelo Projeto Básico/Executivo, no endereço eletrônico: www.compras.m2atecnologia.com.br,. Referido Edital poderá ser adquirido no Site: www.compras.m2atecnologia.com.br ou www.tce.ce.gov.br/licitacoes ou ainda no horário de 08h00min as 17h00min na Sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Pedro José de Oliveira, Nº 406, Centro. **Milhã - Ceará - 29 de abril de 2025 - Maria Danieli Tavares Lima - Agente de Contratação.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cariús - Aviso de Licitação - Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 2025.04.22.02. Objeto: aquisição de pneus, camaras, protetores e valvulas e serviços de mão de obra para suprir as necessidades das Diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Cariús. Tipo: Menor Preço Por Lote. Forma de Disputa: Aberto e Fechado. O pregoeiro comunica aos interessados que a entrega das propostas comerciais dar-se-á até o dia 13.05.2025 às 07:30 horas (horário de Brasília). O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: https://licitacaocariusce.com.br e www.tce.ce.gov.br. **Francisco Edideus dos Santos Santana - Pregoeiro.**

RAFAEL MAIA MENDES
Torna público que requereu à Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a RENOVAÇÃO da Licença Previa (LP) e da Licença de Instalação (LI) para construção de residência unifamiliar localizada na ALAMEDA MAR E SOL, QUADRA IA3 LOTE 20 - TERRAS ALPHAVILLE CEARA 2 E 3, BAIRRO CIDADE ALPHA, no município de Eusébio/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

ANTÔNIO MARCOS ROCHA DA COSTA
Torna público que requereu a Agência Municipal de Meio Ambiente - AMA, a Regularização da Licença de Operação Regularização, para as atividades de extração de areia e saibro, localizado no Sítio Ingá, S/N, Distrito de Jaibaras, Município de Sobral/CE. Foi determinado o cumprimento da Legislação Ambiental em vigor.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE - O Agente de Contratação torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 14/05/2025, às 09:30h, horário de Brasília/DF, estará realizando licitação de Pregão Eletrônico Nº 2518041401-PE, cujo objeto: Aquisições de peças automotivas destinadas a manutenção preventiva e corretiva de veículos (motocicletas e automóveis), de interesse da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário e Urbano de Quixeramobim, o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão de licitação, situada a Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707, Centro, Quixeramobim/CE; no endereço eletrônico https://www.licitacaoquixeramobim.com.br/. Maiores Informações: no endereço citado, no horário de 08h às 17h ou no site https://www.quixeramobim.ce.gov.br/, ou no site https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes/ou no site Portal Nacional de Compras Públicas. Max Ronny Pinheiro.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE - O Agente de Contratação torna público a Retificação, para conhecimento dos interessados, que no aviso publicado em 24/04/2025 no Jornal O Estado, referente ao Pregão Eletrônico Nº 2516041001-PE, cujo objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria administrativa e previdenciária com licenciamento mensal de software integrado de gestão previdenciária para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores públicos do município, onde se lê: Pregão Eletrônico Nº 2416041001-PE; leia-se: Pregão Eletrônico Nº 2516041001-PE. As demais informações constantes no aviso anterior permanecem inalteradas. Max Ronny Pinheiro.

Antônia Rafaela da Cruz Costa, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Beberibe, a Licença Ambiental Prévia e de Instalação - LPI, para construção de Residência Unifamiliar com área construída 353,54 m², na Rua W2, Loteamento Praia da Marambaia, Lotes 03 e 04 (Quadra 67), Uruaú. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas de Instruções de Licenciamento SEMAB.

Supermercado Moranguinho Ltda, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Beberibe, a Renovação da Licença Ambiental Por Adesão e Compromisso - REN. LAC para a atividade de Supermercado/Hipermercado, com área construída de 3.267,08m² na Rua Racine Facó, 008, Sagrada Família, Centro. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas de Instruções de Licenciamento da SEMAB.

Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias - Ficam convidados os acionistas da **Companhia Importadora de Máquinas e Acessórios Irmãos Pinto - CIMAIPINTO** - CNPJ/MF 07.199.466/0001-07 - situada na Rua Senador Pompeu 1867/Parte, José Bonifácio, CEP 60025-001 em Fortaleza-CE., para participar na sede da empresa das Assembléia Gerais Ordinárias e Extraordinárias a realizar-se no próximo dia 06 de Maio de 2025, às 10:00 (dez horas); para a seguinte ordem do dia: **A) Em AGO: a1)** Exame votação demonstrações contábeis; Relatório Administração relativos Exercício findo em 31/12/2024; **a2)** Destinação resultado referentes exercício findo em 31/12/2024 e fixação honorários Diretoria. **B) Em AGE: b1)** Análise Plano Negócios da Sociedade em 2025. **b2)** Revalidar possível participação da Associação Desportiva Amigos do Ceará (ADÁC) no Banco de Projetos CI 2025. **b3)** Planilhas valores a compensar defasagem honorários gestores da Sociedade no advento da moratoria; **b4)** Planilhas valores saldos credor conta corrente acionistas ou não. - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. O livro de presença dos acionistas estará a disposição a partir das 09:00 hrs., com o encerramento das assinaturas às 9:30 hs. Fortaleza, 15 de Abril de 2025. Wilson Saboia de Alencar Pinto, Diretor.

A **TERPA CONSTRUÇÕES S.A.**, empresa do ramo de construção civil, seleciona para o seu quadro de colaboradores: Pessoa com Deficiência homologada. Vagas: Auxiliar Administrativo. Salário compatível com a função. Interessados: entrar em contato via: maracanau@terpa.com.br e telefone (85) 99719-0020.

EDVALDO DE SOUSA SOBRINHO - CPF: 797.208.891-87
Torna público que **requereu** da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a Renovação da Licença de Instalação – RLI, para construção de uma residência unifamiliar, Alameda Porto das Dunas, s/n, Terras Alphaville Ceara 01, Q-N2, LT-38, Cidade Alpha, Eusébio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências do manual de informações para o licenciamento ambiental na AMMA.

MARIA ELVIRENE DE SOUZA VALÉRIO - CPF: 013.158.063-98
Torna público que **requereu** da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a Licença de Instalação – LP/LI, para construção de uma residência unifamiliar, Alameda Porto do Barco, s/n, Alphaville Terras 01, Q-J2, LT-25, Cidade Alpha, Eusébio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências do manual de informações para o licenciamento ambiental na AMMA.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA - AVISO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025-PE/SRP. A Prefeitura Municipal de Aratuba/Secretaria Municipal de Saúde por meio da Agente de Contratação torna público que se encontra à disposição dos interessados o **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025-PE/SRP**, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, INSTRUMENTAIS, INSUMOS E MATERIAIS/EQUIPAMENTOS PERMANENTES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARATUBA-CE.** O Edital poderá ser obtido no site através do endereço eletrônico **www.licitamaisbrasil.com.br** ou **municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br** ou **pncp.gov.br**. O recebimento das propostas através do site **Licita Mais Brasil** dar-se-á do dia 29/04/2025 até o dia 14/05/2025 às 09h00min. Abertura das Propostas: 14/05/2025 às 09:30min (horário de Brasília). Raquel Ferreira de Paiva – Agente de Contratação do Município de Aratuba/CE. Aratuba - CE, em 29 de abril de 2025.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBAÇA - EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – SME – CP A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOMBAÇA-CE torna público o extrato do Termo de Revogação da Chamada Pública nº 001/2025 – SME - CP, cujo objeto era a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A revogação ocorre em razão da constatação de vício de legalidade, devido à aplicação de percentual inferior ao mínimo de 30% dos recursos do PNAE destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, em desacordo com o art. 14, da Lei nº 11.947/2009 e art. 29 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município. O ato se fundamenta no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, nas Súmulas 346 e 473 do STF, no art. 14, da Lei nº 11.947/2009 e no art. 29 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020. Data da Revogação: 28 de janeiro de 2025. Autoridade Competente: Helena de Oliveira Silva, Secretária Municipal de Educação. Mombaça-CE, 28 de abril de 2025.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE - Aviso de Revogação – Concorrência Eletrônica n° 2025.02.26.2. O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REVOGADO o procedimento licitatório modalidade Concorrência nº 2025.02.26.2, haja vista o deferimento aos pedidos de impugnação impetrados pelas empresas R6 ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA, que versa sobre o do reajuste e revisão de tarifa; da sincronização das imagens dos veículos fiscalizados; do atestado operacional registrado no conselho competente e da exigência de sistema operacional tipo Android e A DECLINK DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA DE INFORMÁTICA LTDA, que trata da ausência de planilha de custos; de cláusulas essenciais; das especificações dos sensores de vaga e omissões sobre sinalização vertical e horizontal, PDV e monitores. Fica ainda informado que posteriormente será publicado um novo certame com as devidas retificações junto instrumento convocatório e seus anexos. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar – Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/CE, 28 de abril de 2025. Cláudio Sergei Luz e Silva – Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Vaticano diz que Parolin comandará conclave no dia 7 de maio

O Vaticano confirmou que o conclave para suceder o Papa Francisco, com data marcada para 7 de maio, será comandado pelo cardeal Pietro Parolin, secretário de Estado da Santa Sé e número dois na hierarquia. Na manhã do dia 7 (madrugada no Brasil), o decano do Colégio Cardinalício, Giovanni Battista Re, de 91 anos, conduzirá a missa "pro eligendo Pontifice", celebração que convidará os pares a se dirigirem à Capela Sistina à tarde.

Giovanni deverá falar estas palavras: "Toda a Igreja, unida a nós na oração, invoca constantemente a graça do Espírito Santo, para que seja eleito por nós um digno Pastor de todo o rebanho de Cristo". Por ter mais de 80 anos, ele não tem direito a voto no conclave e, por isso, não pode entrar na Sistina. São 135 os cardeais eleitores, dos quais 108 foram nomeados por Francisco.

Os cardeais que participarão do conclave mudam a cor das vestes para o período de escolha do novo pontífice. Aqueles com menos de 80 anos, que se reunirão na Capela Sistina, deixam de lado as roupas pretas usadas no dia a dia e vestem trajes vermelhos específicos para a eleição do líder da Igreja Católica.

O vermelho, na verdade, não é usado apenas para o conclave, mas em ocasiões especiais para a Igreja. Na missa fúnebre de Francisco, realizada no sábado (28), na Praça São Pedro, eles também usavam essa cor, em vez da batina preta com detalhes vermelhos que trajam no dia a dia.

O vermelho representa o sangue de Cristo e dos mártires. Essa mudança simboliza a disposição dos cardeais em derramar o sangue pela fé, representando o martírio e a fidelidade à Igreja Católica. Por essa mesma lógica, os Papas também são velados e sepultados de vermelho, assim como ocorreu com Francisco.

PECÉM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.471.487/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/24 E 2023 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	4	597.535	475.973
Custo operacional	5	(417.558)	(288.556)
Resultado bruto		**179.977**	**187.417**
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(20.440)	(20.361)
Outras receitas (despesas) operacionais	5	(118.902)	2.658
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**40.635**	**169.714**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	15.635	13.999
Despesas financeiras	6	(107.669)	(112.107)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(51.399)**	**71.606**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	11	(2.838)	(2.895)
Diferido	11	29.531	(12.363)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		**(24.706)**	**56.348**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(51.399)	71.606
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5	93.999	86.848
Baixa de imobilizado	12	8.334	-
Impairment	5	117.868	-
Juros do arrendamento	6	1.451	1.705
Juros sobre mútuos	6	43.532	62.306
Variação cambial e monetária ativa e passiva	6	1.235	16.661
Juros de provisão de abandono	6	791	732
Provisões e Reversões para contingências	17	3.084	(5.167)
Juros antecipação recebíveis	6	52.048	20.739
Rendimento de aplicações	6	(13.593)	(12.132)
		257.350	243.298
Aumento / (diminuição) dos ativos e dos passivos operacionais			
Adiantamento a fornecedores		(1.140)	(3.952)
Despesas antecipadas		(1.898)	(1.431)
Contas a receber		31.028	(45.281)
Impostos a recuperar		2.254	59.988
Estoques		67.408	33.698
Impostos, taxas e contribuições		1.098	(9.208)
Fornecedores		(7.824)	(1.434)
Provisões e encargos trabalhistas		(1.132)	(381)
Operações comerciais com partes relacionadas		(912)	(6.518)
Outros ativos e passivos		(4.761)	6.299
		84.121	31.780
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(2.958)	(44.884)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		**338.513**	**230.194**
Fluxo caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(10.705)	(9.942)
Títulos e valores mobiliários		(10.360)	26.486
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades de investimentos		**(21.065)**	**16.544**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(45.514)	(47.827)
Pagamento do passivo de arrendamento		(4.230)	(4.432)
Pagamento do principal de mútuos com partes relacionadas	18	(40.000)	(511.619)
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas		-	(17.443)
Redução de capital		-	(200.000)
Pagamento de principal antecipação recebíveis	14	(129.500)	(37.828)
Pagamento de juros antecipação de recebíveis	14	(13.534)	(830)
Antecipação de recebíveis		-	475.000
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de financiamentos		**(232.778)**	**(344.979)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**84.670**	**(98.241)**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		50.655	148.896
No fim do exercício		135.325	50.655
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**84.670**	**(98.241)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
(Prejuízo)/lucro do exercício	**(24.706)**	**56.348**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(24.706)**	**56.348**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 /12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	135.325	50.655
Títulos e valores mobiliários	8	56.862	32.909
Contas a receber	9	74.554	105.582
Estoques	10	139.667	207.075
Despesas antecipadas		4.024	2.126
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		6.136	8.455
Outros impostos a recuperar		286	2.022
Adiantamentos a fornecedores		5.808	4.668
Operações comerciais com partes relacionadas	18	509	-
Outros		409	460
		423.580	413.952
Não circulante			
Operações comerciais com partes relacionadas	18	1.234	1.343
Outros impostos a recuperar		4.642	2.841
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	62.220	32.671
Outros		283	386
		68.379	37.241
Imobilizado	12	1.247.027	1.444.417
Intangível		530	587
		1.315.936	1.482.245
Total do ativo		**1.739.516**	**1.896.197**
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	50.545	42.221
Arrendamento		250	2.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	15	46.655	41.269
Outros impostos a recolher		5.085	4.031
Obrigações sociais e trabalhistas		2.831	2.794
Participações nos lucros		5.851	7.020
Operações comerciais com partes relacionadas	18	2.312	666
Dividendos a pagar		-	11.378
Pesquisa e desenvolvimento		8.826	5.860
Provisão - custo de ressarcimento		11.061	13.641
Antecipação de recebíveis futuros	14	100.616	124.761
Outras obrigações		2	-
		234.034	256.405
Não circulante			
Fornecedores	13	2.171	5.035
Arrendamento		12.648	12.913
Antecipação de recebíveis futuros	14	265.479	332.320
Operações comerciais com partes relacionadas	18	5.461	7.619
Mútuos com partes relacionadas	18	351.513	353.443
Provisão para contingências	17	11.562	8.687
Provisão para desmantelamento		4.082	5.001
		652.916	725.018
Total do Passivo		**886.950**	**981.423**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		800.006	800.006
Reserva legal		-	16.620
Reserva de Lucros		-	34.136
Reserva de Incentivos fiscais		71.937	64.012
Prejuízos Acumulados		(19.377)	-
Total do patrimônio líquido		**852.566**	**914.774**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.739.516**	**1.896.197**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de Incentivo Fiscal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2022	**1.000.006**	**13.803**	**35.870**	**55.995**	-	**1.105.674**
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	8.017	(8.017)	
Transações com acionistas:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.348	**56.348**
Redução de capital	(200.000)	-	-	-	-	**(200.000)**
Reserva legal	-	2.817	-	-	(2.817)	-
Distribuição dividendos adicionais	-	-	(35.870)	-	-	**(35.870)**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.378)	**(11.378)**
Reservas de lucros	-	-	34.136	-	(34.136)	-
Saldo em 31/12/2023	**800.006**	**16.620**	**34.136**	**64.012**	-	**914.774**
Saldo em 1º/01/2024	**800.006**	**16.620**	**34.136**	**64.012**	-	**914.774**
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	7.924	(7.892)	**32**
Transações com acionistas:						
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(24.706)	**(24.706)**
Absorção da Reserva legal	-	(16.620)	-	-	16.620	-
Ajuste de avaliação patrimonial (incorporação)	-	-	-	-	(3.398)	**(3.398)**
Dividendos adicionais	-	-	(34.136)	-	-	**(34.136)**
Saldo em 31/12/2024	**800.006**	-	-	**71.936**	**(19.376)**	**852.566**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Pecém II Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "Pecém II") é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 13/11/2008 sob a denominação de MPX Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade total de 360MW. Em 13/12/2013 sua razão social foi alterada para Pecém II Geração de Energia S.A. **2. Apresentações das demonstrações financeiras: Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17/04/2025. **Continuidade operacional:** Em 31/12/2024, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas e avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente estando convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Práticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: (i) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:** O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01/01/2024. Outras normas também entraram em vigor a partir de 01/01/2024, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. **(ii) CPC 40 (R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa 13 - Fornecedores de projetos em construção. **(iii) Mudanças em pronunciamentos contábeis a partir de 2025:** Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. A principal nova norma avaliada foi: **IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecendo informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Mesmo com efeitos obrigatórios a partir de janeiro de 2027, de forma comparativa ao exercício de 2026, a Administração já estuda detalhadamente os impactos do novo padrão das demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos	Nota Explicativa
Recuperabilidade dos impostos diferidos	11
Vida útil do ativo imobilizado	12
Teste de redução ao valor recuperável - Avaliação de *Impairment*	12
Provisão para contingências	17

4. Receita operacional líquida: Prática contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida da demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

		2024	2023
Receita bruta			
Disponibilidade (ACR)	a	511.841	488.189
Venda de energia (ACR)	b	155.655	34.578
Venda de energia (ACL)	c	-	7.622
		667.496	530.389
Deduções da receita			
Impostos sobre vendas		(62.266)	(49.656)
Pesquisa e desenvolvimento	d	(5.975)	(4.760)
Ressarcimento		(1.720)	-
		(69.961)	(54.416)
Receita operacional líquida		**597.535**	**475.973**

Ambiente de Contratação Regulada (ACR): As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEARs"), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes. Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL. Cabe destacar ainda que esses contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração. **a. Disponibilidade ACR (receita fixa):** Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado ("SIN") para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A receita fixa é corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **b. Venda de energia ACR (receita variável):** Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. **c. Ambiente de Contratação Livre (ACL):** É o segmento de mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. **Venda de energia ACL:** Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no mercado livre. **Deduções da receita: d. Pesquisa e desenvolvimento (P&D):** As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24/07/2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida (ROL) para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. **5. Custos e Despesas por natureza:** A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

		2024	2023
Custo			
Custos regulatórios		(38.857)	(34.558)
Depreciação e amortização		(92.997)	(85.899)
Despesas com aluguéis		(18.302)	(17.700)
Despesas com pessoal		(34.067)	(35.621)
Energia elétrica para revenda		(475)	(4.794)
Insumos de geração	a	(178.289)	(45.543)
Material de consumo		(5.603)	(6.920)
Seguros operacionais		(6.810)	(7.812)
Serviços de terceiros		(27.627)	(32.547)
Outras		(14.531)	(17.162)
		(417.558)	**(288.556)**
Despesas administrativas e gerais			
Depreciação e amortização		(1.002)	(949)
Despesas com pessoal		(3.600)	(2.279)
Serviços compartilhados		(15.466)	(15.301)
Serviços de terceiros		(233)	(1.655)
Outras		(139)	(177)
		(20.440)	**(20.361)**
Outras receitas e despesas			
Contingências		(1.228)	2.445
Impairment	b	(117.868)	-
Outras receitas (despesas)		194	213
		(118.902)	**2.658**
		(556.900)	**(306.259)**

a. Refere-se aos recursos utilizados como combustível para a geração de energia da usina, devido ao maior despacho da usina em 2024. b. A Companhia identificou que os ativos imobilizados possuíam indicativos de desvalorização, levando ao teste de recuperabilidade dos referidos ativos. Como consequência, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável de ativos, conforme detalhado na nota explicativa 12 - Imobilizado. **6. Resultado financeiro:** A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	13.593	12.132
Variação cambial e monetária	1.208	676
Multas e juros recebidos ou auferidos	441	541
Outros	393	650
	15.635	**13.999**
Despesas financeiras		
Juros antecipação recebíveis	(52.046)	(20.739)
Juros sobre mútuos	(43.532)	(62.306)
Variação cambial e monetária	(2.443)	(17.337)
Comissão sobre fianças bancárias	(1.945)	(7.143)
Juros de passivos de arrendamento	(1.451)	(1.705)
Juros de provisão de abandono	(791)	(732)
Outros	(5.461)	(2.145)
	(107.669)	**(112.107)**
Resultado Financeiro	**(92.034)**	**(98.108)**

7. Caixa e Equivalente de caixa: Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

		2024	2023
Caixa e bancos		5.269	956
Fundos de Investimentos	a	130.056	49.699
		135.325	**50.655**

a. Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31/12/2024, o saldo está composto principalmente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, a taxa de remuneração dessas aplicações foi de 102,41% do DI. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

8. Títulos e valores mobiliários

		2024	2023
Fundos de investimento	a	56.862	32.909
		56.862	**32.909**

a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2025 e 2027, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos.

9. Contas a receber: Prática contábil: As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE) quando necessário.

	2024	2023
Disponibilidade (ACR)	74.524	105.579
Venda de energia (ACL)	30	3
	74.554	**105.582**

Avaliação do risco de crédito: O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros. Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente afim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada. **10. Estoques: Prática contábil:** Os estoques da Companhia são essencialmente materiais e insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel. Em 31/12/2024, a companhia não identificou redução ao valor realizável líquido dos estoques.

	2024	2023
Materiais, suprimentos e outros	13.269	12.819
Carvão	104.573	173.003
Peças eletrônicas e mecânicas	19.827	19.862
Lubrificantes e químicos	1.998	1.390
	139.667	**207.075**

11. Impostos diferidos: Prática contábil: Os tributos de IRPJ e CSL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 6 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2024	2023
IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	**63.322**	**68.015**
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:		
Provisões ativas	9.680	8.069
Impairment	40.075	5.330
Direito de uso	4.386	-
Total ativo diferido a	**117.463**	**81.414**
IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias passivas:		
Provisões passivas	(51.583)	(44.194)
Arrendamento a pagar	(3.660)	(4.549)
Total passivo diferido	**(55.243)**	**(48.743)**
Diferido líquido	**62.220**	**32.671**

a. Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, segue abaixo o demonstrativo de projeção para os próximos anos:

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*

2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
15.499	21.626	31.029	18.829	2.122	12.354	12.524	3.480	117.463

*A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos tributos diferidos é de 8 anos. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** Em 31/12/2024, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSL) (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSL é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	(51.399)	71.606
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	**17.476**	**(24.346)**
Diferenças permanentes	1.106	846
Redução Benefício SUDENE e PAT	8.111	8.242
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	**26.693**	**(15.258)**
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(2.838)	(2.895)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos a	29.531	(12.363)
Total	**26.693**	**(15.258)**
Alíquota efetiva	**51,93%**	**21,31%**

a. A variação da despesa de IRPJ/CSL diferidos decorre, principalmente, da constituição de ativo diferido sobre a provisão de impairment.

12. Imobilizado: Prática contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação do imobilizado de geração:** A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação.

2024

Faixa de depreciação	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	
Custo							
Saldo em 31/12/2023	472.534	1.613.827	2.292	19.295	136.920	21.151	2.266.019
Adições	-	-	-	-	15.926	-	15.926
Impairment	-	(117.868)	-	-	-	-	(117.868)
Baixas	-	(1.299)	-	-	-	(7.035)	(8.334)
Transferências	459	109.293	3	225	(109.980)	-	-
Saldo em 31/12/2024	472.993	1.603.953	2.295	19.520	42.866	14.116	2.155.743
Depreciação							
Saldo em 31/12/2023	(151.202)	(649.489)	(1.549)	(11.591)	-	(7.771)	(821.602)
Adições	(15.731)	(74.359)	(243)	(1.205)	-	(3.952)	(95.490)
Baixas	-	-	-	-	-	8.376	8.376
Saldo em 31/12/2024	(166.933)	(723.848)	(1.792)	(12.796)	-	(3.347)	(908.716)
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2023	321.332	964.338	743	7.704	136.920	13.379	1.444.417
Saldo em 31/12/2024	306.060	880.105	503	6.724	42.866	10.769	1.247.027

2023

Faixa de depreciação	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	
Custo							
Saldo em 31/12/2022	472.534	1.609.747	2.081	19.254	131.494	21.017	2.256.127
Adições	-	26	-	-	9.942	134	10.102
Baixas	-	-	-	-	(210)	-	(210)
Transferências	-	4.054	211	41	(4.306)	-	-
Saldo em 31/12/2023	472.534	1.613.827	2.292	19.295	136.920	21.151	2.266.019
Depreciação							
Saldo em 31/12/2022	(135.475)	(582.931)	(1.311)	(10.417)	-	(4.670)	(734.804)
Adições	(15.727)	(66.558)	(238)	(1.174)	-	(3.101)	(86.798)
Saldo em 31/12/2023	(151.202)	(649.489)	(1.549)	(11.591)	-	(7.771)	(821.602)
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2022	337.059	1.026.816	770	8.837	131.494	16.347	1.521.323
Saldo em 31/12/2023	321.332	964.338	743	7.704	136.920	13.380	1.444.417

Avaliação de recuperabilidade dos ativos (Impairment): Estimativas e julgamentos: A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos que indiquem deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Caso seja observado indicativo de deterioração, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade. Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para aqueles com intenção de venda. Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável (Impairment), os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Cada usina de geração térmica e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa. A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de impairment do seu ativo imobilizado, considerando em sua análise o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", que tem como objetivo estabelecer procedimentos capazes de assegurar que os ativos da entidade estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação. No decorrer de 2024, a Companhia identificou que os ativos imobilizados possuíam indicativos de desvalorização, devido principalmente a falta de horizonte no cenário energético atual brasileiro de um novo leilão para a recontratação das usinas de combustível a carvão. A usina de Pecem II será descontratada em 2028, devido ao término de seu contrato. Como consequência dos testes de valor recuperável, a Companhia registrou despesa com Impairment de R$117.868 em Pecém II. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração. **Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R$). **Prazo:** A projeção inicia-se em 2025 e se estende até o ano de 2045 para Pecem II. Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. Em nossa abordagem, projetamos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo remanescente de 3 a 4 anos, encerrando em 2028 (Pecém II). Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 e o estudo de conversão das usinas para gás natural para projetar os fluxos operacionais. **Preço de venda:** A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexados pela inflação (IPCA). A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atual da Companhia, e o final do período projetivo, teve como base o preço teto do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021. **CAPEX para conversão das plantas, manutenção e overhaul:** Foram projetados investimentos em CAPEX para a conversão da planta de carvão para gás, considerando orçamentos detalhados por projeto e ajustados pela inflação (IPCA) para a parcela do CAPEX em Reais e pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos para a parcela do CAPEX em dólar. Esses dispêndios são concentrados em períodos específicos, conforme o cronograma de execução das conversões. Além disso, foram previstos investimentos recorrentes em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário e igualmente indexados pela inflação. Esses gastos apresentam comportamento linear ao longo dos anos, exceto para os custos com overhauls, que seguem ciclos pre-determinados pelos fabricantes das turbinas. **Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) em termos nominais, considerando efeitos inflacionários, conforme evidenciado na tabela abaixo:

	Pecém II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	**8,85%**
CMPC e Ke nominal (pré tax)	**12,29%**

As taxas equivalentes acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da alíquota de impostos das UTEs. **13. Fornecedores: Prática contábil:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	2024	2023
Geração de Energia	1.554	4.316
Manutenção das Usinas	32.209	36.088
Contas a pagar setor elétrico	3.691	3.300
Outros	15.262	3.552
	52.716	**47.256**
Circulante	**50.545**	**42.221**
Não circulante	**2.171**	**5.035**

14. Antecipação de recebíveis futuros: Prática contábil: A Companhia realiza o registro contábil deste passivo de longo prazo com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a valor presente - AVP é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	2024	2023
Antecipação de recebíveis futuros	432.965	575.998
Juros a incorrer - ajuste a valor presente	(66.870)	(118.917)
	366.095	**457.081**
Circulante	**100.616**	**124.761**
Não circulante	**265.479**	**332.320**

A operação teve recebimento de caixa como adiantamentos de R$475.000, já descontados os encargos devidos pela antecipação e com vencimentos até fevereiro de 2028. Os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente. Em 31/12/2024, o saldo apurado de AVP é de R$ 66.870. A movimentação da antecipação de recebíveis está demonstrada abaixo:

	Antecipação recebíveis
Saldo em dezembro de 2023	**457.081**
(+) Juros incorridos	52.048
(-) Pagamento de principal	(129.500)
(-) Pagamento de juros	(13.534)
Saldo em dezembro de 2024	**366.095**

15. Tributos a recolher: Os saldos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recolher estão representados a seguir:

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	43.816	38.374
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSL	2.838	2.895
	46.654	**41.269**
Circulante	**46.654**	**41.269**

Os demais tributos a recolher estão compostos por:

	2024	2023
ICMS	855	692
PIS, COFINS e IOF	3.589	3.062
Outros	641	277
	5.085	**4.031**
Circulante	**5.085**	**4.031**

16. Instrumentos financeiros: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **Prática contábil:** Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos e passivos financeiros são geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **(i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.** A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir: **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo. A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2024			2023			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalente de caixa	135.325	-	135.325	50.655	-	-	50.655
Títulos e valores mobiliários	-	56.862	56.862	-	-	32.909	32.909
Depósitos vinculados	212	-	212	370	-	-	370
Contas a receber	74.554	-	74.554	105.582	-	-	105.582
Operações comerciais	1.234	-	1.234	1.343	-	-	1.343
	211.325	**56.862**	**268.187**	**157.950**	-	**32.909**	**190.859**
Passivos Financeiros							
Fornecedores	52.716	-	52.716	47.256	-	-	47.256
Mútuos	351.513	-	351.513	353.443	-	-	353.443
Operações comerciais com partes relacionadas	7.773	-	7.773	8.285	-	-	8.285
Arrendamento mercantil	12.898	-	12.898	15.677	-	-	15.677
Antecipação de recebíveis	366.095	-	366.095	457.081	-	-	457.081
	790.995	-	**790.995**	**881.742**	-	-	**881.742**

Estimativa do valor justo: Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2024				2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	56.862	-	56.862	-	32.909	-	32.909
	-	**56.862**	-	**56.862**	-	**32.909**	-	**32.909**

Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades, envolvendo, principalmente, a possibilidade de flutuações nas taxas de juros, de inflação, de câmbio e nos preços de commodities.A gestão dos riscos de mercado é feita com base na visão consolidada dos diversos fatores de risco a que o fluxo de caixa da companhia está exposto e suas correlações, e em termos de exposição líquida, isto é, considerando o fluxo projetado de todas as entradas e saídas de caixa vinculadas a um mesmo fator de risco. **Risco de variação de preço (commodities):** No caso da Companhia, esse risco está associado ao preço do carvão que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas. O período entre a compra das commodities e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodity na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do preço dos insumos é mitigado. **Risco cambial:** A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2024	2023
Posições do risco de crédito:		
Caixa e equivalente de caixa	135.325	50.655
Títulos e valores mobiliários	56.862	32.909
Contas a receber de clientes	74.554	105.582
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	212	370
	266.953	**189.516**

Risco de liquidez: A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31/12/2024 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

2024

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	50.545	2.171	-	-	52.716
Operações comerciais	-	2.312	-	-	5.461	7.773
Mútuos	-	-	-	618.536	-	618.536
Antecipação de recebíveis	90.987	90.987	22.619	67.857	93.645	366.095
	90.987	**143.844**	**24.790**	**686.393**	**99.106**	**1.045.120**

2023

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	42.221	5.035	-	-	47.256
Operações comerciais	-	666	-	-	7.619	8.285
Mútuos	-	-	-	531.544	-	531.544
Antecipação de recebíveis	11.310	11.310	22.619	67.857	462.903	575.998
	11.310	**54.197**	**27.654**	**599.401**	**470.522**	**1.163.083**

Gestão de Capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **17. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais trabalhistas e ambientais, assim como processos administrativos regulatórios avaliadas pelos assessores jurídicos. **Prática contábil:** A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios é feito por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O saldo da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2024 é apresentado abaixo:

	2023	2024			
	Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo acumulado
Trabalhista	**8.687**	6.762	(7.495)	3.608	**11.562**

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários próprios da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2024. Não existe causa individualmente relevante. **Contingências com risco possível (não provisionado):** A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, as quais estão assim representadas:

	2024	2023
Trabalhista	8.153	10.273
Cível	18	4
Ambiental	14.508	10.526
Total	**22.679**	**20.803**

18. Partes relacionadas: Acionistas: A Eneva S.A. é a única acionista da Companhia e possui 100% das ações ordinárias. **Remuneração dos membros da Diretoria:** De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Durante o exercício de 2024, a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia. **Companhias ligadas:** A Companhia possui como principais companhias ligadas: Eneva S.A., Eneva Comercializadora de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A, Parnaíba II Geração de Energia S.A.. Os saldos do ativo, passivo e resultado em 31/12/2024 e de 2023, relativa às operações com partes realizadas, estão representadas da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Mútuo						
ENEVA S.A. a	-	-	351.513	353.443	(43.532)	(77.924)
	-	-	**351.513**	**353.443**	**(43.532)**	**(77.924)**
Operações comerciais						
ENEVA S.A.	556	712	7.310	7.078	(15.050)	(14.569)
Outras	1.187	631	463	1.207	(93)	(6.938)
	1.743	**1.343**	**7.773**	**8.285**	**(15.143)**	**(21.507)**
	1.743	**1.343**	**359.286**	**361.728**	**(58.675)**	**(99.431)**

a. Saldo é composto por contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. O valor devido em 2024 está líquido do imposto de renda retido na fonte pago pela Companhia pois será descontado no momento da liquidação do mútuo. A movimentação do mútuo pode ser vista abaixo:

	Mútuo
Saldo em dezembro de 2023	**353.443**
(+) Juros e variação monetária incorridos	43.532
(-) Pagamento de principal	(40.000)
(-) Imposto de renda retido na fonte	(5.462)
Saldo em dezembro de 2024	**351.513**

19. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social da Pecém II Geração de Energia S.A. corresponde R$ 800.006, sendo composto por 807.753.057 (oitocentas e sete milhões, setecentas e cinquenta e três mil e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	2024		2023	
Acionista	Ações Ordinárias Quantidade	%	Ações Ordinárias Quantidade	%
Pecém II Participações S/A	-	-	807.753.057	100,00%
Eneva S/A	807.753.057	100,00%	-	-
Total	**807.753.057**	**100,00%**	**807.753.057**	**100,00%**

No dia 13/08/2024, foi aprovada a Incorporação Reversa ("Incorporação"), conforme os termos e condições previstos no Protocolo de Incorporação Reversa e na aprovação dos acionistas da Incorporada PECÉM II Participações S.A reunidos em assembleia geral extraordinária realizada nesta data, com a consequente extinção da Incorporada, que será universalmente sucedida pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação se justificou na medida em que a Incorporadora ("Pecém II Geração de Energia" ou "Pecém II") e a Incorporada ("Pecém II Participações S.A.") integram o mesmo grupo empresarial e a Incorporação promoveu a simplificação da estrutura organizacional do referido grupo por meio da consolidação da estrutura societária das Partes em uma única sociedade, com a consequente redução de custos financeiros, operacionais e fiscais e a racionalização das atividades das entidades. Na Incorporação Reversa não houve alteração do valor do capital social total da Incorporadora, que permanecerá no montante de R$ 800.006; inclusive quanto às avaliações dos patrimônios líquidos das sociedades envolvidas para fins de estabelecimento de relação de troca entre as ações de emissão da Incorporada e as ações de emissão da Incorporadora; e mediante a atribuição das 807.753.057 (oitocentas e sete milhões, setecentas e cinquenta e três mil e cinquenta e sete) ações ordinárias de emissão da Incorporadora e de titularidade da Incorporada, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Incorporadora, à Eneva.

Diretoria

Vilmar Carneiro Barbosa - Diretor
Lino Lopes Cançado - Diretor
Marcelo Habibe - Diretor

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0
Diretoria

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9
Contador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Pecém II Geração de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pecém II Geração de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2024, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2025. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Guilherme Naves Valle - Contador CRC 1MG070614/O-5.



jornaloestadoce
@jornaloestadoce
www.youtube.com/@CanalOEstadoCE
@jornaloestado



www.oestadoce.com.br

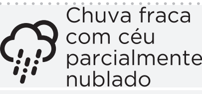
LOTERIAS
- MEGA-SENA, # 2856 ▶ 03, 05, 10, 27, 38, 48
- TIMEMANIA, # 2236 ▶ 11, 12, 24, 31, 37, 56, 57 CUIABÁ/MT
- LOTOFÁCIL, # 3377 ▶ 01, 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 16, 18, 19, 21, 22, 25

* Resultados atualizados até o fechamento desta edição

ÚLTIMAS

Fechamento desta edição: 21h50

TEMPO EM FORTALEZA
Min **24º C** Max **29º C**



Chuva fraca com céu parcialmente nublado

TEMPO NO BRASIL (Máxima)
São Paulo **20º C** • Brasília **26º C** • Rio **25º C**

MARÉS • **ALTA 4h18 BAIXA 10h30**
16h45 2.61m • 22h45 0.00m



FALE COM A GENTE
www.oestadoce.com.br
e-mail: geral@oestadoce.com.br

FOTO DIVULGAÇÃO



AGU move ação contra Meta para coibir golpes

A AGU (Advocacia-Geral da União) apresentou uma ação contra a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, para que sejam adotadas providências que coíbam o uso indevido de símbolos do governo federal, de imagens e de vídeos de autoridades públicas em anúncios falsos publicados nas redes sociais.

Segundo o órgão, foram identificadas entre 10 e 21 de janeiro 1.770 peças fraudulentas -com o objetivo de aplicar golpes financeiros contra os usuários- que utilizavam símbolos de órgãos oficiais e imagens de autoridades. A ação é baseada em estudo do Netlab/UFRJ (Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Os anúncios promoviam informações falsas sobre valores a receber e sobre as regras de envio de informações de transações via Pix à Receita Federal, assunto que levou a uma onda de desinformação em janeiro e fez o governo Lula recuar. A Meta disse que não vai comentar o assunto.

A AGU afirma que o sistema de verificação de anúncios das plataformas é ineficiente e contrário ao previsto nos termos de uso, e pede a condenação por danos morais coletivos pela violação das normas legais de proteção do consumidor contra a publicidade enganosa. O montante seria destinado ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

A atuação da PNDD/AGU (Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia) atende a demandas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e do Ministério da Fazenda.

O estudo, divulgado em 4 de fevereiro no site do Netlab, aponta, por exemplo, que o uso de deepfakes do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), protagonista da campanha pela revogação da norma, aumentou 234% após o recuo do governo de norma que ampliaria a fiscalização sobre transações de pessoas físicas via Pix que somassem ao menos R$ 5.000 por mês.

Segundo a pesquisa, a maioria dos anúncios fraudulentos divulgavam um suposto direito a saque de valores pela população, prometendo a liberação do dinheiro mediante o pagamento de uma taxa de serviço. A ação destaca que anúncios semelhantes seguiam ativos ainda no início de abril.

"Se houvesse o mínimo de zelo por parte da empresa ré em uma atividade que lhe gera significativas receitas, tais anúncios jamais poderiam ser publicados", afirma a AGU.

Apagão gera caos em Portugal e Espanha

Países ficam sem energia por mais de 12 horas, problemas atingem transportes públicos, voos, limita sistema de saúde e até o uso de celulares

FOTO DIVULGAÇÃO



A queda de energia, somada à interrupção do sistema de telecomunicações que se seguiu, praticamente paralisou a vida na capital da Espanha

Um apagão de grandes proporções atingiu partes da Europa, especialmente Espanha e Portugal, gerando caos no transporte público, atrasando voos e limitando o atendimento nos sistema de saúde desses países. Houve relatos de problemas também nas redes de energia de França, Bélgica e Andorra, porém em menor proporção. Milhões de pessoas foram impactadas.

No começo da noite, no horário de Brasília, o sistema havia sido restabelecido em parte dos países mais atingidos, incluindo a área central de Madri e de Lisboa. Mais de 12 horas após o início do apagão, contudo, cidades inteiras continuavam sem energia. Em Portugal, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, pediu paciência.

Dados da Rede Elétrica da Espanha reunidos pelo El País mostram queda brusca no consumo às 12h25 locais (7h25 no Brasil). Nesse horário, a demanda caiu pela metade em menos de uma hora. Na França, a operadora RTE relatou uma breve interrupção, mas informou que a energia foi restabelecida rapidamente.

Os governos de Espanha e Portugal convocaram reuniões ministeriais às pressas. No primeiro país, o Ministério do Interior espanhol declarou estado de emergência em algumas das regiões impactadas.

Hipóteses

Logo após o apagão, o Incibe (Instituto Nacional de Cibersegurança da Espanha) afirmou que estava verificando se a falta de luz havia sido um ciberataque - possibilidade levantada também pelo ministro da Coesão Territorial português, Manuel Castro Almeida, em entrevista à emissora RTP 3.

A hipótese deu origem a rumores de que o corte de energia se devia a um ataque russo. Ao longo da tarde de ontem (28), porém, a possibilidade de sabotagem perdeu força -o presidente do Conselho Europeu, o português António Costa, afirmou que não havia indícios de que o apagão fosse resultado de um ciberataque.

Uma teoria relacionada a questões climáticas também ganhou tração ao longo do dia. Em um primeiro momento, a REN (Redes Energéticas Nacionais), responsável pela distribuição de energia em Portugal, chegou a dizer que um fenômeno atmosférico raro na Espanha, produzido por variações extremas de temperatura no interior do país, tinha causado o apagão.

Ao jornal The New York Times, porém, um funcionário da mesma REN descartou essa possibilidade mais tarde, acrescentando que a informação havia "causado dor de cabeça" à empresa. Sem dar detalhes, ele disse acreditar que o apagão generalizado foi causado por uma interrupção na rede elétrica europeia.

Essa possibilidade recebeu o endosso de Eduardo Prieto, chefe de operações da REN. Ao espanhol La Vanguardia, ele disse que uma falha na interconexão entre as redes de Espanha e França causou o apagão. Em algumas regiões, a restauração completa poderá levar até uma semana, segundo a empresa.

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, pediu à população que evitasse fazer especulações sobre o assunto, mas não descartou nenhuma hipótese. "Ainda estão estudando as causas", afirmou, pedindo que as pessoas reduzam ao máximo seus deslocamentos e limite o uso de seus celulares somente para o que for "estritamente necessário".

Sánchez disse também que o funcionamento das centrais hidrelétricas havia sido restabelecido de forma parcial. Às 18h de Brasília, o premiê afirmou que cerca de metade do fornecimento de energia havia sido recuperado e disse esperar que a situação seja normalizada até a manhã desta terça (29).

A queda de energia, somada à interrupção do sistema de telecomunicações que se seguiu, praticamente paralisou a vida no centro da capital. Ao longo do dia, trechos do metrô de Madri foram esvaziados, e a circulação ferroviária, interrompida em todo o país. Em Atocha, uma das principais estações de trens da cidade, os passageiros esperavam nas plataformas com os trens parados. Quem se locomovia com carro não era poupado, já que enfrentava congestionamentos devido à falta de semáforos em funcionamento.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

MACIEL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS S.A.
CNPJ: 41.548.652/0001-42

Relatório da Administração 2024

Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. do Balanço Geral e das Demonstrações Financeiras da MACIEL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No encerramento do exercício de 2024, a MACIEL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS S.A. registrou um lucro de R$ 6.777.764,56 e que procedeu ao lançamento diretamente na Reserva de Lucro por fora de dispositivo legal. Aos colaboradores diretos desta Administração, agradecemos pela dedicação e esforço demonstrados e colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem. Fortaleza (CE), 26 de abril de 2025. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Valores expressos em Reais

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE	**10.597.044,74**	**15.511.106,74**
Bancos c/ Movimento e Caixa	456.810,09	4.691.959,92
Clientes a Receber	275.580,72	-
Adiantamento a Fornecedores	542.416,68	1.010.236,41
Estoque de Imóveis	-	1.300.071,12
Estoque de Serviços em Andamento	7.804.807,22	7.270.116,77
Impostos a Recuperar	1.071.159,99	1.119.225,35
Despesas Antecipadas	-	-
Outros Créditos a Receber	446.270,04	119.497,17
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**11.544.434,91**	**7.896.099,81**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**366.909,55**	**513.336,58**
Depósitos Judiciais	366.909,55	513.336,58
INVESTIMENTOS	**7.917.542,66**	**4.129.026,79**
INTANGÍVEL	-	-
IMOBILIZADO LIQUID0	**3.259.982,70**	**3.253.736,44**
TOTAL DO ATIVO	**22.141.479,65**	**23.407.206,55**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO	**2.495.506,80**	**1.568.731,22**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.495.506,80**	**1.568.731,22**
Fornecedores Nacionais e Internacionais	961.096,73	574.188,15
Obrigações Fiscais	1.087.782,76	895.147,13
Obrigações Trabalhistas	446.627,31	99.395,94
Empréstimos e Financiamentos Bancários	-	-
Outras Obrigações	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-
Adiantamento de Clientes	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19.645.972,85**	**21.838.475,33**
Capital Social	16.078.571,00	16.078.572,00
0	-	2.480.281,23
Reserva de Capital	3.567.401,85	3.215.714,40
Distribuição de Lucro	(12.801.300,68)	(3.831.104,76)
Lucros Acumulados	12.801.300,68	3.895.012,46
Ajuste de Exercício Anterior	-	-
TOTAL DO PASSIVO + PATRIM. LÍQUIDO	**22.141.479,65**	**23.407.206,55**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 Valores expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**38.283.905,61**	**19.185.772,24**
Receita Liquida Prestação de Serviços	38.283.905,61	19.185.772,24
RECEITA LÍQ. DE VENDAS DE SERVIÇOS	**38.283.905,61**	**19.185.772,24**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(25.483.727,48)**	**(11.076.118,17)**
LUCRO BRUTO	**12.800.178,13**	**8.109.654,07**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.741.978,79)**	**(4.449.457,46)**
Despesas Gerais e Administrativas	(4.224.941,65)	(4.256.421,27)
Despesas Tributárias	(517.037,14)	(193.036,19)
RESULTADO FINANCEIRO	**42.897,22**	**213.845,99**
Receitas Financeiras	77.031,22	264.180,40
Despesas Financeiras	(34.134,00)	(50.334,41)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	**2.062.027,75**	**2.945.507,23**
Outras Receitas	2.094.188,95	4.080.241,37
Outras Despesas	(32.161,20)	(1.134.734,14)
RESULTADO OPERACIONAL	**10.163.124,31**	**6.819.549,83**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**10.163.124,31**	**6.819.549,83**
Provisão Para Imposto de Renda	(2.441.799,98)	(2.136.407,54)
Provisão Para Contribuição Social	(943.559,77)	(788.129,83)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**6.777.764,56**	**3.895.012,46**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 Valores expressos em Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESER. LUCRO	LUCROS/ PREJ. ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	**16.078.572,00**	-	**6.459.716,85**	**19.620.822,66**
Resultado do Exercício	-	-	3.895.012,46	3.895.012,46
Distribuição de Lucros	-	-	(4.615.104,76)	(4.615.104,76)
Ajustes de Exercicios	-	-	20.278,78	20.278,78
Aquisição de Quotas				-
Aumento/Red. de Capital	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	**16.078.572,00**	-	**5.759.903,33**	**21.838.475,33**
Resultado do Exercício	-	-	6.777.764,56	-
Distribuição de Lucros	-	-	(8.970.195,92)	-
Ajustes de Exercicios	-	-	(70,12)	-
Aquisição de Quotas	-	-	-	-
Aumento/Red. de Capital	(1,00)	-	-	-
Saldos em 31/122024	**16.078.571,00**	-	**3.567.401,85**	**19.645.972,85**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 Valores expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	6.777.764,56	3.895.012,46
(+) Depreciação	258.355,56	362.528,41
	7.036.120,12	**4.257.540,87**
Aumento / Redução de Valores Ativos		
Clientes	(275.580,72)	89.409,97
Estoques	765.380,67	(2.096.773,56)
Outros Créditos a Receber	189.112,22	(242.788,20)
	678.912,17	**(2.250.151,79)**
Aumento / Redução de Valores Passivos		
Fornecedores	386.908,58	(87.211,31)
Adiantamento de Clientes	-	-
Obrigações Tributárias, Trab. e Previdenciárias	539.867,00	24.253,06
Outros Débitos a Pagar	-	(45.554,47)
	926.775,58	**(108.512,72)**
CAIXA LÍQ. NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**8.641.807,87**	**1.898.876,36**
Fluxo de Caixa dos Investimentos		
Variação do Realizável a Longo Prazo	146.427,03	45.011,31
Distribuição de Lucros	(8.970.195,92)	(4.615.104,76)
Variações Ativo Imobilizado e Investimentos	(4.053.117,69)	1.033.585,65
Ajustes de Exercícios Anteriores	(70,12)	20.278,78
CAIXA LÍQUIDO NOS INVESTIMENTOS	**(12.876.956,70)**	**(3.516.229,02)**
Fluxo de Caixa dos Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Aumento de Capital	(1,00)	
CAIXA LÍQUIDO NOS FINANCIAMENTOS	**(1,00)**	-
REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**(4.235.149,83)**	**(1.617.352,66)**
Disponibilidade no Início do Período	4.691.959,92	6.309.312,58
Disponibilidade no Final do Período	456.810,09	4.691.959,92
REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**(4.235.149,83)**	**(1.617.352,66)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO POSIÇÕES EM 31.12.2023 E 31.12.2024 (Valores expressos em reais)

Contexto Operacional
A empresa é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada em Fortaleza, Ceará. A empresa MACIEL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS S.A, inscrita na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 23300042450 e no CNPJ/MF sob o nº 41.548.652/0001-42.
Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2024. A moeda funcional da Companhia é o Real.

DIRETORIA

Francisco Villian Pinheiro - Diretor Operacional
CPF nº 634.845.283-20

Aline Pontes Monteiro - Diretora Financeira
CPF nº 950.347.733-68

Jose Gilcarlos Crispim Bessa - Contador
CRC CE-013054/O-3 - CPF nº 289.543.433-68

A **AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSAO DE INFRAESTRUTURAS S.A.**, inscrita no **CNPJ: 04.052.108/0001-89**, torna público que requereu a Autarquia do Meio Ambiente do Município de Trairi, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) – **TRI001TM** para Estação Rádio Base, telefonia de celular móvel, contemplando uma área de 180,00 m², localizado na **Rua Gonzaga Falcão, s/n, Mundaú** no município de Trairi-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da Autarquia do Meio Ambiente de Trairi - AMAT.

Economia

Dólar Na segunda-feira
R$ 5,648 (▼0,68%)
Bolsas Na segunda-feira

0,21% São Paulo
0,28% Nova York

Financiamentos Imobiliários caem 9,96% no Ceará

O mês com melhor desempenho no Ceará foi fevereiro, quando foram movimentados R$ 264 milhões em financiamentos com recursos da poupança

FOTO TIAGO STILLE - CASA CIVIL



Em março, esse tipo de financiamento movimentou R$ 168 milhões e 482 unidades

De janeiro a março deste ano, os financiamentos imobiliários com recursos das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) movimentaram R$ 686,1 milhões no Ceará, 9,96% abaixo do montante registrado no mesmo período do ano passado (R$ 762,1 milhões). Nos três primeiros meses desse ano, foram fruto de financiamento um total de 1.895 unidades, enquanto no ano passado foram 2.579 no mesmo período. Os dados foram divulgados com exclusividade ao jornal O Estado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP).

Em janeiro, o sistema movimentou R$ 254 milhões, com 708 unidades; em fevereiro, quando observou-se o melhor desempenho no Ceará, o valor registrado em financiamentos foi de R$ 264 milhões, com 705 unidades. Março foi o mês mais tímido, movimentando R$ 168 milhões e 482 unidades.

Na avaliação do economista Ricardo Coimbra, membro do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), o motivo desse recuo observado até o momento foi pelo fato de que no ano passado houve crescimento muito grande por causa da reativação do Minha Casa, Minha Vida, além do programa Entrada Moradia Ceará. “Tivemos o início do programa estadual e o retorno do federal, então tivemos um avanço muito grande em razão desses dois momentos. Desse modo, para esse ano, já se projetava esse recuo. Sem contar que as taxas de juros, em razão do avanço da Selic, cresceram muito neste ano, o que justifica esse recuo”, disse.

Nacional

No cenário nacional, esse tipo de financiamento somou R$ 12,1 bilhões em março, sendo, portanto, segundo a ABECIP, o quinto melhor resultado histórico para o mês. Em relação a fevereiro, o sistema registrou queda de 5,1% e comparando a março de 2024, houve redução de 6,2%.

No primeiro trimestre de 2025, o volume financiado foi de R$ 38,3 bilhões, com crescimento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Já nos últimos 12 meses foram financiados R$ 192 bilhões com recursos da poupança SBPE, crescendo 31,7% em relação aos 12 meses precedentes.

Ainda segundo a ABECIP, em março deste ano foram financiados, nas modalidades de aquisição e construção, 34,2 mil imóveis em todo o país. Se comparado a fevereiro deste ano, observa-se recuo de 5,6%, e em relação a março do ano passado, verifica-se queda de 15,2%.

Com relação ao primeiro trimestre do ano, no total, foram financiados 109 mil imóveis com recursos da poupança SBPE, avançando 10% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Nos últimos 12 meses encerrados em março de 2025, foram financiados 578,1 mil imóveis com recursos da poupança SBPE, crescendo 25,1% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

Com relação à captação líquida em março, de acordo com dados da ABECIP, a poupança SBPE registrou captação líquida negativa em R$ 9,2 bilhões, o que confirmou a prevalência histórica da ocorrência de mais saques que depósitos para esse mês. No 1º trimestre do ano, a captação líquida também ficou negativa (R$ 34,6 bilhões). Já a poupança de março encerrou o mês com saldo de R$ 752,1 bilhões, registrando 0,67% menor que a de fevereiro. Se comparado a março do ano passado, houve avanço no crescimento (1,7%).

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Mais de 4.700 vagas de emprego na semana do Dia do Trabalhador

FOTO GOVERNO DO CEARÁ



As oportunidades estão sujeitas a alterações, segundo os órgãos

Em uma semana marcada pela celebração do Dia do Trabalhador, o mercado de trabalho em Fortaleza e no Ceará recebe um reforço significativo: estão sendo disponibilizadas mais de 4.700 vagas de emprego, em diferentes áreas e níveis de escolaridade. O Sine Municipal de Fortaleza anunciou a oferta de 1.697 vagas, disponibilizadas por 190 empresas parceiras, enquanto o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) oferece 3.069 oportunidades em todo o Estado.

Entre as principais vagas ofertadas pelo Sine Municipal, destacam-se posições como auxiliar de limpeza (149 vagas), auxiliar de cozinha (114 vagas), atendente de comércio (114 vagas), armazenista (73 vagas), teleoperador (63 vagas) e almoxarife (50 vagas). Todas as oportunidades estão sujeitas a alterações e podem ser preenchidas a qualquer momento, reforçando a importância de uma rápida mobilização dos interessados.

A semana também será movimentada pelas ações de recrutamento e seleção realizadas diretamente nas unidades do Sine Municipal da Aldeota e Maraponga. Três empresas – Supermercado Pinheiro, LanLan Salgados e Restaurante Mangai, estão conduzindo processos seletivos para contratação imediata. Destaque para o Supermercado Pinheiro, que está disponibilizando 155 vagas, distribuídas entre auxiliar de limpeza (35 vagas), operador de caixa (40 vagas), repositor (40 vagas) e armazenista (40 vagas).

No âmbito estadual, o IDT amplia as perspectivas para quem busca uma nova colocação no mercado. As 3.069 vagas disponíveis abrangem áreas como confecção de calçados, telemarketing, produção industrial, logística, comércio e transporte. Um total de 374 vagas é destinado especificamente para pessoas com deficiência, reafirmando o compromisso com a inclusão social no mercado de trabalho. Interessados podem acessar o portal do IDT para consultar a lista completa de vagas e agendar atendimento, ou comparecer a uma das 18 unidades do Instituto distribuídas pelo Ceará.



Fortaleza consolida posição e projeta crescimento de franquias

Fortaleza vem se firmando como um dos principais polos de franquias do Nordeste. Dados divulgados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF) mostram que a capital cearense ocupa a quarta posição na região em número de franquias, com um crescimento de 14% registrado em 2022. Além disso, o setor demonstrou vigor no faturamento: no primeiro semestre de 2024, as franquias instaladas na cidade alcançaram um volume de negócios de R$ 121,7 milhões, representando um aumento expressivo de 15,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O otimismo do mercado se estende para 2025, impulsionado pela expansão no número de operações e pela geração de empregos diretos. No Estado, o movimento de abertura de empresas também segue em ritmo acelerado. Segundo a Junta Comercial do Ceará, houve um aumento de 57,64% na abertura de novos negócios no primeiro trimestre de 2025, enquanto o número de empresas constituídas nos dois primeiros meses do ano saltou 72,53% na comparação com 2024.

De acordo com o gestor regional de franquias do Sebrae/CE, Rogério Moraes, a expansão deve se intensificar com a chegada de novos empreendimentos comerciais na capital. “Em 2025, Fortaleza deverá receber ao menos cinco novos shoppings centers, que devem abrigar cerca de 160 operações e gerar 800 empregos diretos”, destacou. Moraes também ressaltou que o Sebrae/CE continua sendo um importante ponto de apoio para novos empreendedores, oferecendo suporte, consultoria e capacitação para quem deseja investir no setor de franquias.

Para Pablo Freitas, diretor da ABF, o momento é de fortalecimento e inovação. “A ABF está aberta a receber novos associados e reforça seu compromisso de impulsionar o mercado, oferecendo conhecimento, inovação e novas oportunidades para as redes franqueadas”, afirmou. A aposta no desenvolvimento regional e a ampliação das redes de franquias prometem consolidar Fortaleza como um ambiente ainda mais fértil para o empreendedorismo nos próximos anos.

Com o mercado aquecido e novas oportunidades à vista, a capital cearense se prepara para um ciclo virtuoso de investimentos, geração de renda e fortalecimento da cultura empreendedora, que poderá transformar o setor de franquias em um dos motores da retomada econômica regional.

ECONOMIA

Benefício. A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (29) a parcela de abril do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9. O valor mínimo corresponde a R$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R$ 668,73.

Exportações de frutas crescem 26% no 1º tri e impulsionam agronegócio

O agronegócio brasileiro começou 2025 com resultados expressivos no setor de fruticultura. De acordo com o 4º Boletim Prohort, divulgado nesta quinta-feira (24/04) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o volume de frutas exportadas entre janeiro e março somou 301 mil toneladas, salto de 26% em comparação ao mesmo período de 2024. O desempenho rendeu US$ 311 milhões em faturamento, alta de 7% sobre o ano passado e 23% acima de 2023. O bom desempenho é atribuído à forte demanda europeia e asiática, que impulsionou, sobretudo, as vendas de melões, melancias, limões, limas, mangas e bananas.

Os principais estados exportadores foram Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo e Pernambuco. Os destaques foram a alta de 131,2% nas exportações de bananas (15,7 mil toneladas) e o crescimento de 90% nas vendas de melancias (53 mil toneladas), com faturamento de US$ 32,1 milhões, 91% superior ao primeiro trimestre do ano passado. Também se destacaram as maçãs, especialmente as variedades menores, muito demandadas na Ásia, cujas exportações aumentaram 85,6% em volume e 93,6% em receita. Já o mamão teve desempenho consistente, com crescimento de 28,2% em volume (13,36 mil toneladas) e 31% em receita (US$ 17,1 milhões).

Por outro lado, a laranja amargou retração: as exportações da fruta in natura caíram 52% no trimestre, e as vendas do suco registraram queda de 22,8%, reflexo da menor produção no cinturão citrícola e da redução na qualidade dos frutos. Apesar disso, a Conab vê possível recuperação no horizonte, caso os EUA mantenham tarifas elevadas sobre o suco de laranja mexicano, o que pode abrir nova janela para os exportadores brasileiros.

As importações de frutas também apresentaram leve aumento de 9,5% em março, totalizando 1,15 mil toneladas, segundo análise das Centrais de Abastecimento (Ceasas). O cenário geral aponta para um ano promissor no setor, especialmente com a diversificação de mercados e a valorização de produtos tropicais brasileiros no exterior.

Turismo bate recorde e movimenta R$ 16,5 bilhões em um mês

Entre os segmentos que puxaram a alta, o transporte aéreo foi o destaque ao movimentar R$ 4,1 bilhões, seguido das viagens corporativas

FOTO MINISTÉRIO DO TURISMO

O segmento de viagens corporativas contribuíram para avanço e subiram 7%

O turismo brasileiro alcançou um patamar histórico no mês de fevereiro, registrando o maior faturamento da série histórica para o período: R$ 16,5 bilhões, segundo levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O valor representa um crescimento de 5,3% em comparação a fevereiro de 2024. No acumulado do primeiro bimestre de 2025, o setor também cravou novo recorde, somando R$ 37,3 bilhões, com alta de 5,5%.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, destacou a força do setor na geração de empregos e desenvolvimento econômico. "Estamos vendo o turismo brasileiro bater recordes, atrás de recordes, gerar mais empregos, promover a inclusão e contribuir fortemente para o desenvolvimento econômico do país. Nosso compromisso é seguir trabalhando para que esse crescimento seja contínuo e sustentável".

Segundo a FecomercioSP, o bom momento da economia, aliado a um calendário favorável com mais dias úteis, impulsionou os resultados. A expectativa dos empresários é de que o crescimento se mantenha nos próximos meses, projetando uma expansão acima de 2%, apoiada na queda da taxa de desemprego e na maior estabilidade financeira das famílias.

Entre os segmentos que puxaram a alta, o transporte aéreo foi o grande protagonista, movimentando R$ 4,1 bilhões, aumento de 9,8%, seguido de viagens corporativas, que subiram 7%, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). As agências de viagens, operadoras turísticas e serviços relacionados também tiveram desempenho expressivo, com faturamento de R$ 1,3 bilhão, alta de 8,3%. Bares e restaurantes cresceram 6,8%, somando R$ 2,5 bilhões, e a hotelaria faturou R$ 2,1 bilhões, com aumento de 2,3% no período.

Entre os estados do país, o destaque ficou para o Espírito Santo, com alta de 16,9% em fevereiro e 13,4% no bimestre. Sergipe (12,3%) e Santa Catarina (11,4%) também se destacaram, especialmente impulsionados pela forte presença de turistas argentinos em Balneário Camboriú. Rio de Janeiro (6,7%) e São Paulo (5,2%) concentraram juntos 45% do faturamento nacional, reforçando sua posição estratégica no setor. Por outro lado, Acre (-8,8%) e Roraima (-8,1%) registraram queda nas receitas.

RAMON LEONCIO BARROS DE VASCONCELOS CNPJ nº 28.954.946/0001-06
Torna público que requereu da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA a Licença Ambiental Única para Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente localizado na Av. Tabelião Luiz Nogueira Lima 48 - Esquina com Rua H, Santo Antônio, Tianguá - CE, com validade de 02. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEUMA.

COMERCIAL DE MIUDEZAS FREITAS LTDA CNPJ nº 63.473.235/0018-69
Torna a público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano – SMU de Maracanaú, a Regularização da Licença Ambiental Única para comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico localizado na Rua Conego de Castro nº 11109 - Quadra 163 - Alto Alegre II, no município de Maracanaú/CE. A presente publicação é parte integrante do procedimento de licenciamento ambiental junto a SMU, e seus efeitos só serão validados com a devida emissão da licença requerida.

A COMERCIAL RAÇÕES NASCIMENTO LTDA
Torna público que requereu à SEMAM, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso, para o comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, localizada na Av. Radialista João Ramos, 2719, bairro Cidade Nova, Maracanaú-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMAM.

A ORGANIZAÇÃO SANTOS OLIVEIRA LTDA
Torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM a Renovação Licença Ambiental Única para Atividade/Grupo: Motéis (POUSADAS E HOSPEDARIAS (CÓDIGO 30.04), localizada na RUA 6, Nº1012, COMPL.: RESID. MARACANAÚ, BAIRRO: CAGADO, CEP 61913060, Município de Maracanaú, Estado do Ceará. A PRESENTE PUBLICAÇÃO É PARTE INTEGRANTE DO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO À SEMAM, E SEUS EFEITOS SÓ SERÃO VALIDADOS COM A DEVIDA EMISSÃO DA LICENÇA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Fundação São Judas Tadeu - CNPJ 09.489.162/0001-00 - Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições, convoca os sócios para em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar na sede administrativa da entidade, sita na Av. Edson da Mota Correia, 701 - Centro, Caucaia/CE, às 9:00hs. do dia 26 de maio do corrente ano, para deliberar sobre os seguintes assuntos: a) substituição de sócios efetivos e b) eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal para o período de 1º de junho de 2025 a 31 de maio de 2029.
Caucaia, 28 de abril de 2025.
Murilo Alves do Amaral
Presidente - CPF 001.075.653-15

TJCE - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Secretaria Judiciária do 1 Grau Diretoria Cível Residual. Fórum Clóvis Beviláqua. *Rua Desembargador Floriano Benevides, 220, Água Fria - CEP 60.811-690 – Fortaleza/CE.* **PROCESSO Nº**:0221115-19.2021.8.06.0001. **CLASSE:** USUCAPIÃO (49). **ASSUNTO:** [Usucapião Ordinária]. **PARTE AUTORA:** AUTOR: MARILENE AGUIAR STUDART e outros (4). **PARTE RÉ:** CONFINANTE: Antonio Elbano Cambraia e outros (3). **VARA:** 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. **VALOR DA CAUSA**: R$ 235.783,81. **EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS).** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de MARILENE AGUIAR STUDART, brasileira, casada, bacharel em direito, RG nº 2007312688-2 SSP/CE, CPF/MF nº 241.374.723-00, residente e domiciliada na Rua Dr. Gilberto Studart, nº 1540, apto.301, Papicu, Fortaleza-CE; MARIA SALES AGUIAR, brasileira, pensionista, viúva, RG nº 517.559 SSP/CE, CPF/MF nº 629.704.023-00, residente e domiciliada na Av. Prof. Aderbal Nunes Freire, nº 3737, Dionísio Torres, Fortaleza-CE; RODOLFO TOME AGUIAR FILHO, brasileiro, empresário, união estável, RG nº 517566 SSP/CE, CPF/MF nº 073.562.503-49, residente e domiciliado na Rua Frei Cassino, nº 1377 altos, Coqueiro, Itapipoca-CE; MARLENE AGUIAR SIMÕES, brasileira, do lar, casada, RG nº 97004006669 SSP/CE, CPF/MF nº 511.092.473-20, residente e domiciliada na Avenida Prof. Aderbal Nunes Freire, nº 3737, Dionísio Torres, Fortaleza-CE; ROBERTO SALES AGUIAR, brasileiro, servidor público, viúvo, RG nº 83265-80 SSP/CE, CPF/MF nº 221.068.123-53, residente e domiciliado na Rua Ten. José Vicente, nº 1280, Bairro Coqueiro, Itapipoca-CE; MARILSA AGUIAR TÁVORA, brasileira, viúva, do lar, CPF nº 123.136.103-49, RG nº 91002302091 SSP-CE residente e domiciliada na Rua Brigadeiro Correia de Melo, nº 13, Conj. L. 100, Dionísio Torres, Fortaleza-CE, foi proposta uma Ação de Usucapião Ordinária, em face de PRUMO INCORPORADORA LTDA, a qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica **CITADA** PRUMO INCORPORADORA LTDA, com CNPJ nº 07.144.660/0001-95, situação baixada, com último endereço desconhecido, por seu representante legal, acerca da presente ação, para, querendo, contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias, por força do despacho a seguir transcrito: "Cumpra-se o determinado na ata de audiência sob o ID. 133678511, no que pese a expedição de Edital de Citação da PRUMO INCORPORADORA LTDA, com CNPJ de nº 07.144.660/0001-95, com prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, apresentar resposta no prazo legal.", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. **CUMPRA-SE.** Fortaleza/Ceará, 20 de março de 2025. **Juiz(a) de Direito. 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza**

JAMAL MAIA BUCAR
Torna público que requereu à Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI) para construção de uma residência unifamiliar localizada na Alameda das Carnaúbas, Lote 15 - Quadra 10, Bairro Coacu, CE 040, nº 700, Eusébio/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

VITÓRIA JABOTI INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA SPE LTDA."CNPJ: 14.218.676/001-60
Torna público que requereu à Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI) para construção de uma residência unifamiliar localizada no Loteamento Planalto João XXIII, Rua Valdomiro Barros de Araújo, Terrenos 09 e 10, Quadra C Lotes 33, 34 e 35, Jabuti, Eusébio-Ce. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

A ALIMENTOS INALD EIRELI - CNPJ 20.991.751/0001-24
Torna público que recebeu do INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA - IMAC, a Licença de Operação para atividade de Fabricação de molhos e temperos, no Município de Caucaia endereço Rua Humberto Martins de Castro N° 133 Bairro Parque Soledade, CEP 61.603-045. "Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do IMAC.

NOTIFICAÇÃO QUITAÇÃO DE DÉBITO"RESERVA TERRA BRASILIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. Inscrito no CNPJ 23.937.403/0001-67, vem, em observância aos preceitos legais, tornar público e notificar através deste jornal de grande circulação o(a) cliente JOBSON JOÃO MASCARENHAS AMORIM, inscrito no CPF nº 937.022.135-20, residente e domiciliado em lugar desconhecido, o que impossibilitou sua ciência por via cartorária ou postal, para comparecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias desta publicação, à sede administrativa da empresa para saldar sua dívida, sob pena de rescisão total e imediata do contrato nº 0170, referente à aquisição do lote 08, quadra 17, do Loteamento RESERVA TERRA BRASILIS. O(a) NOTIFICADO(a) deixou de pagar suas parcelas, estando atualmente com 09 (nove) parcelas mensais em atraso, do período de 08/2024 a 04/2025 até a presente data. Para mais informações, favor entrar em contato conosco pelo telefone +55 (85) 9 8124-5595, E-mail, cobranca03@terrabrasilis.com.br ou pelo site www.terrabrasilis.com.br.

VVT INCORPORAÇÕES LTDA CNPJ: 35.085.030/0001-22
Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMAM – FORTIM/CE, Renovação da Licença de Instalação N°029/2023 referente a uma Residência Unifamiliar localizada no Loteamento Pontal de Maceió, Quadra 23, Lotes 4, 5, 21 e 22, Fortim – CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMMAM.

CARTÓRIO BEZERRA DE SOUZA - 1º e 2º OFÍCIOS DA CIDADE DE ITAITINGA – ESTADO DO CEARÁ - OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS - Av. Cel. Virgílio Távora, nº 586, Fone: (85) 3377-2271 – Itaitinga – Ceará - CEP: 61.880-000. ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA - Titular. **EDITAL DE INTIMAÇÃO** - ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA, Oficial do Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de Itaitinga-CE, na forma da Lei, etc. Faz saber que por solicitação do **ITAÚ-UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob o número 60.701.190/0001-04, INTIMA a Senhor **JOSE GONCALVES RANGEL**, CPF/MF nº **029.153.853-35** referente ao contrato n° **1017543650-1**, firmado em 27/06/2022, garantido por Alienação Fiduciária, registro no R-04 da matricula n° 16193, deste ofício, referente ao imóvel situado na Rua SDO N° 132 - bairro Ancuri, nesta Cidade de Itaitinga-CE, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos das seguintes datas: **27/02/2024, 27/03/2024, 27/04/2024, 27/05/2024, 27/06/2024, 27/07/2024, 27/08/2024, 27/09/2024, 27/10/2024, 27/11/2024, 27/12/2024, 27/01/2025 e 27/02/2025.** Em virtude do destinatário não encontrado no endereço, o imóvel se encontra fechado em local incerto ou inacessível, conforme certificado pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos responsável pela citada intimação, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue os devidos pagamentos das prestações vencidas e que se vencerem até a data do pagamento, dos juros convencionais, das penalidades e dos demais encargos contratuais, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e intimação, conforme disposição expressa no Art. 26, § 1º da Lei nº 9.514/97. Na oportunidade, informamos ainda que ficam V. Sª. cientificados que o não cumprimento da referida obrigação e de outras que por ventura não tenham sido pagas, garante o direito de CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE DO IMÓVEL EM FAVOR DA CREDORA FIDUCIÁRIA **ITAÚ-UNIBANCO S/A**. Deverá desconsiderar o presente edital caso já houver quitado seus devidos débitos. **Nos termos do Art.1.667 §1º, Prov. 04/2023/CGJCE**. Itaitinga-CE, 28 de abril de 2025. Renata dos Santos da Silva - Oficiala Substituta.

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS LEITE BARBOSA PINHEIRO
CNPJ: 08.867.508/0001-01 - Fortaleza - Ce

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE	**23.601,10**	**19.298,96**
Disponibilidades	1.274,10	174,63
Caixa	31,73	172,63
Bancos	1.242,37	2,00
Outros Créditos	22.327,00	19.124,33
Recursos a Receber	22.327,00	19.124,33
NÃO CIRCULANTE	**82.552,49**	**52.263,43**
Aplicações Financeiras	57.811,59	27.522,53
Banco do Brasil	57.811,31	20.835,40
Bradesco	0,28	6.687,13
Imobilizado	24.740,90	24.740,90
Móveis e Utensilios	24.740,90	24.740,90
TOTAL DO ATIVO	**106.153,59**	**71.562,39**
PASSIVO		
CIRCULANTE	**76.515,95**	**45.234,86**
Fornecedores	4.295,87	9.636,46
Hapvida Assistencia Médica Ltda	4.295,87	4.507,85
Gonçalves e Holanda Ltda	-	146,61
RMG de Sousa	-	4.982,00
Obrigações Sociais e Fiscais	**14.408,77**	**14.762,99**
Folha de Salarios	2.527,00	2.150,00
INSS	6.346,28	6.049,62
FGTS	3.954,20	5.095,99
IRRF	1.581,29	1.467,38
Contribuição Sindical		
Recursos Recebidos	**57.811,31**	**20.835,41**
Recursos Recebidos - Lei Rouanet	57.811,31	20.835,41
Recursos Recebidos - Lei Mecenas	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**29.637,64**	**26.327,53**
Patrimonio Social	35.741,00	35.741,00
Deficit/Superavit Acumulado	(6.103,36)	(9.413,47)
TOTAL DO PASSIVO	**106.153,59**	**71.562,39**

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS - ASSISTENCIAL	**965.078,58**	**938.687,37**
Receitas de Doações	965.078,58	938.687,37
DESPESAS OPERACIONAIS - ASSISTENCIAL	**(961.444,59)**	**(965.349,66)**
Despesas com Pessoal	**(551.258,10)**	**(509.429,78)**
Salários	(388.227,99)	(355.659,82)
Férias	(52.582,26)	(49.070,31)
13º. Salário	(38.046,20)	(35.611,69)
Transportes de Funcionários	(13.058,18)	(12.594,56)
Assistencia Médica e Hospitalar	(42.523,37)	(37.762,22)
Horas Extras	(13.484,50)	(18.731,18)
Indenização Trabalhista	(1.500,00)	-
Aviso Previo	(1.835,60)	-
Encargos Sociais	**(41.524,70)**	**(36.820,44)**
FGTS	(41.524,70)	(36.434,31)
INSS	-	(386,13)
Despesas Administrativas	**(361.267,50)**	**(408.298,95)**
Refeição	(300.121,05)	(316.885,14)
Material de Limpeza	(1.030,04)	(727,51)
Farmácia	(265,54)	(192,04)
Material de Expediente	(1.448,55)	(1.852,28)
Despesas com Comunicação	(1.482,97)	(1.671,33)
Fardamento	-	(5.000,00)
Conservação e manutenção	(191,70)	(605,00)
Artes e Eventos	(4.669,90)	(5.400,37)
Bens de Pequeno Valor	(476,88)	(248,81)
Serviços Prestados	(46.845,16)	(69.913,19)
Material Esportivo e Musical	(204,97)	-
Material Escolar	(3.964,89)	(5.314,53)
Material Higiene	(440,85)	(488,75)
Despesa c/Transporte	(125,00)	-
Despesas Tributárias	**(7.394,29)**	**(10.800,49)**
IRRF s/Aplic. Financeiras	(856,66)	(5.480,10)
IOF	(288,91)	(419,55)
IPTU	(5.253,15)	(4.611,87)
Taxas	(995,57)	(288,97)
SUPERAVIT ANTES DO RESULT. FINANCEIRO	**3.633,99**	**(26.662,29)**
Receitas Financeiras	**4.137,42**	**27.459,73**
Juros s/Aplic. Financeiras	4.137,42	27.456,57
Variações Monetarias Ativas	-	3,16
(-) Despesas Financeiras	**(4.461,30)**	**(1.882,46)**
Tarifas Bancarias	(4.458,73)	(1.881,92)
Juros Passivos	(2,57)	(0,54)
Outras Receitas Operacionais	-	**2.476,33**
Programa Estadual Sua Nota Tem Valor	-	2.476,33
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	**3.310,11**	**1.391,31**

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit Líquido do Exercicio	3.310,11	1.391,31
Variação nos Ativos e Passivos Circulantes		
Outros Créditos	(3.202,67)	3.232,63
Fornecedores	(5.340,59)	(1.030,44)
Obrigações Sociais e Fiscais	(354,22)	(575,95)
Recursos Lei de Inc. Fiscal	36.975,90	(403.238,76)
	28.078,42	(401.612,52)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**31.388,53**	**(400.221,21)**
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(30.289,06)**	**389.787,06**
Aquisição de Realizavel a Longo Prazo	(30.289,06)	389.787,06
Aquisição de Imobilizado		
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.099,47**	**(10.434,15)**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	174,63	10.608,78
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.274,10	174,63

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

	2024	2023
RECEITAS	**965.078,58**	**938.687,37**
Doações Recebidas C/Restrição	269.958,27	748.469,32
Doações Recebidas S/Restrição	695.120,31	190.218,05
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**361.267,50**	**408.298,95**
Custo dos Serviços Prestados	361.267,50	408.298,95
VALOR ADICIONADO BRUTO	**603.811,08**	**530.388,42**
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/FUNDAÇÃO	**603.811,08**	**530.388,42**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**4.137,42**	**29.936,06**
Receita Financeira	4.137,42	27.459,73
Outras Receitas	-	2.476,33
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**607.948,50**	**560.324,48**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**607.948,50**	**560.324,48**
Empregados	**592.782,80**	**545.864,09**
Salários e Encargos	592.782,80	545.864,09
Impostos, Taxas e Contribuições	**7.394,29**	**11.186,62**
Federais	1.564,82	6.441,41
Estaduais	576,32	-
Municipais	5.253,15	4.745,21
Remuneração de Capital de Terceiros	**4.461,30**	**1.882,46**
Despesas Financeiras	4.461,30	1.882,46
Superavit do Exercicio	**3.310,11**	**1.391,31**

As notas explicativas são partes ntegrantes desta demonstração

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

EVENTOS/CONTAS	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERAVIT/(DEFICIT)	TOTAL
POSIÇÃO EM 31/DEZ/2022	35.741,00	(10.804,78)	24.936,22
Superavit do Exercício	-	1.391,31	1.391,31
POSIÇÃO EM 31/DEZ/2023	**35.741,00**	**(9.413,47)**	**26.327,53**
Superavit do Exercício	-	3.310,11	3.310,11
POSIÇÃO EM 31/DEZ/2024	**35.741,00**	**(6.103,36)**	**29.637,64**

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS LEITE BARBOSA PINHEIRO é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, com sede na Av. Audízio Pinheiro, n° 298-C, em Fortaleza-Ceará, com prazo de duração indeterminado. É considerada de Utilidade Pública Estadual e Municipal concedida através da Lei Estadual: nº 14.487, de 27 de outubro de 2009 e Lei Municipal nº 9.540, de 23 de novembro de 2009, respectivamente. Possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social- CEBAS, por meio da Portaria 203/2017, publicada no DOU do dia 29/12/2017, com validade até 31/12/2024, conforme Portaria 49/2022 da Secretaria Nacional do Desenvolvimento Social publicada no DOU do dia 25/05/2022. É registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza, sob o número 047/2012; possui o registro no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza - COMDICA, sob o número 725/2009; é registrada na Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos – Fichário Central de Obras Sociais do Ceará, sob o número 01.05.A.3463/2009. O objetivo da Fundação Assistencial Carlos Leite Barbosa Pinheiro é receber crianças selecionadas entre as mais carentes do bairro Henrique Jorge e adjacências, área onde estão situadas as instalações da entidade, e proporcionar-lhes acompanhamento escolar, atendimento psicológico, médico e odontológico, atividades culturais e esportivas; desenvolvendo ações que visem a integração à família e à sociedade. Porém, o grande objetivo da Fundação é mostrar a essas crianças um lado da vida que a maioria delas ainda desconhece: o do afeto, do respeito, da cidadania, da higiene, dos bons costumes e do amor a Deus e ao próximo. Assim tem sido atingida as suas finalidades através de: I. Amparo às crianças e adolescentes carentes, promovendo ações que visem à integração à família e à sociedade; tais como: ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania; II. Formação humana e cristã das crianças estimulando sua autoconfiança e criatividade; III. Promoção dos Direitos Humanos, voltados para o exercício da cidadania; IV. Promoção de programas ligados à complementação escolar, à cultura e às práticas desportivas. A Fundação possui capacidade para atender 200 crianças e jovens, em fase de exclusão social, em dois turnos, oferecendo aulas de música, dança, teatro, artes visuais, capoeira, futebol, literatura, além do programa de incentivo à leitura e escrita. Toda a programação é realizada no contraturno escolar e os educandos recebem alimentação cuidadosamente avaliada por nutricionista, O cuidado também passa pelo incentivo à higiene pessoal e por assistência médica e odontológica, quando necessário.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas pela instituição na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes: **a) APURAÇÃO DO SUPERAVIT** - O resultado do exercício apurado está em conformidade com o regime de competência. As Receitas sem Restrição são resultantes de doações recebidas de terceiros, as quais estão registradas pelo efetivo de recebimento. A Fundação Carlos Pinheiro recebeu doações provenientes de projetos culturais, aprovados pelo Ministério da Cultura – PRONAC: nº 220417 e nº 236805, por meio da Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet (Lei Nº 8.313/91). As doações provenientes de projetos culturais são reconhecidas no resultado a medida de efetiva utilização dos recursos. Os recursos oriundos de projetos incentivados são contabilizados observando o disposto na **NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.** Despesas – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. (Ver Nota nº 04). **c) APLICAÇÕES FINANCEIRAS** - É composta por valores aplicados, atualizados pelos respectivos rendimentos financeiros. (Ver Nota nº 05). **d) ATIVO IMOBILIZADO** - É composto por bens móveis. Os itens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição. (Ver Nota nº 06). **e) FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS** - As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de 30(trinta) dias. (Ver Nota nº 07). **f) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER** - A Fundação Assistencial Carlos Leite Barbosa Pinheiro possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social- CEBAS, conforme Portaria 49/2022 da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, com validade até 31/12/2024. Os demais tributos foram calculados com base nas alíquotas correspondentes e provisionados de acordo com a competência dos fatos geradores de cada tributo e contribuição, cujos pagamentos são efetuados nas datas pré-estabelecidas de acordo com a legislação vigente. (Ver Nota nº 08). **g) RECURSOS DE LEI ROUANET** - Durante o exercício de 2024, a FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS LEITE BARBOSA PINHEIRO recebeu recursos por meio da Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet (Lei Nº 8.313/91), através do PRONAC nº 220417 e nº 236805. Os recursos recebidos encontram-se demonstrados pelos valores acumulados. (Ver Nota nº 09). **h) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA** - O método que está sendo apresentado pela FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS LEITE BARBOSA PINHEIRO é o indireto, caracterizado por transformar o valor do superávit do exercício, acrescido de alguns ajustes, em aumento de caixa.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES

Descrição	2024	2023
Caixa	31,73	172,63
Bancos conta Movimento	1.242,37	2,00
Total	**1.274,10**	**174,63**

5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	2024	2023
Banco do Brasil – Lei Rouanet	57.811,31	20.835,40
Bradesco – Invest. Fácil	0,28	6.687,13
Total	**57.811,59**	**27.522,53**

6 - IMOBILIZADO

Bens	2024 Valor Líquido	2023 Valor Líquido
Moveis e Utensílios	24.740,90	24.740,90
Total	**24.740,90**	**24.740,90**

7 – FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	2024	2023
Fornecedores de Bens e Serviços	4.295,87	9.636,46
Total	**4.295,87**	**9.636,46**

8 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2024	2023
INSS	6.346,28	6.049,62
FGTS	3.954,20	5.095,99
IRRF	1.581,29	1.467,38
Total	**10.300,48**	**12.612,99**

9 – RECURSOS DE LEI ROUANET - PRONAC nº 220417 nº 236805

Descrição	2024	2023
Recursos de Lei Rouanet - Recebidos	2.962.432,95	2.655.448,00
(-) Recursos de Lei Rouanet - Utilizados	(2.904.621,96)	(2.634.616,79)
Rendimentos Financeiros a Apropriar s/ Recursos	0,32	4,20
Total	**57.811,31**	**20.835,41**

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O Patrimônio Social é composto pela dotação inicial da Fundação, acrescido dos valores dos superávits, deduzido pelos valores dos déficits apurados em cada exercício. No exercício findo em 31/12/2024, a FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL CARLOS LEITE BARBOSA PINHEIRO apresentou superávit que foi incorporado ao Patrimônio Social.

CONSELHO CURADOR: Silvana Diniz Pinheiro De Carvalho (Presidente); Francisco Heliomar Freire De Araújo(Conselheiro); Manoel Batista Moreno Neto (Conselheiro). **CONSELHO FISCAL:** Ellen Diniz Pinheiro Benevides; Eliezer Moreira Dias; Fernando Ribeiro Villar **DIRETORIA:** Eliana Maria Diniz Pinheiro (Presidente); Jose Niceas Marques Barreto (Vice-Presidente); José Roberto Pereira De Sousa (Diretor Financeiro E Administrativo). **CONTADORA:** Tereza Eliza Silveira De Oliveira

COMPANHIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE ENSINO S.A.
CNPJ nº 06.267.630/0001-03

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	2024	2023
Ativos		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	749.416	262.577
Aplicações financeiras	77.746	58.311
Contas a receber de clientes	917.614	864.752
Estoques	224.306	280.272
Despesas antecipadas	86.604	63.070
Impostos a recuperar	39.690	39.492
Partes relacionadas (AC)	5.357	18.897
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	40.421	63.354
Outras contas a receber	3.206	4.834
Total dos ativos circulantes	**2.144.360**	**1.655.559**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Impostos diferidos	363.008	327.422
Impostos a recuperar	793	6.074
Aplicações financeiras	39.889	376
Partes relacionadas	409.948	259.571
Outras contas a receber	39.192	48.148
	852.830	**641.591**
Investimentos	2.771.991	2.911.158
Imobilizado	23.424	31.945
Direito de uso	63.027	36.437
Intangível	243.390	257.137
	3.101.832	**3.236.677**
Total dos ativos não circulantes	**3.954.662**	**3.878.268**
Total dos ativos	**6.099.022**	**5.533.827**

	2024	2023
Passivos e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	192.688	183.768
Obrigações sociais e trabalhistas	99.551	77.801
Impostos e contribuições a recolher	11.140	10.038
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	3
Adiantamento de clientes	21.061	16.932
Passivo de arrendamento	37.527	23.255
Empréstimos e financiamentos	505.482	121.187
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	8.007
Contas a pagar de aquisição societária	545.870	866.923
Partes relacionadas	5.003	2.555
Outras contas a pagar	39.347	5.032
Total dos passivos circulantes	**1.457.669**	**1.315.501**
Não circulante		
Obrigações sociais e trabalhistas	8.342	3.072
Passivo de arrendamento	34.011	19.167
Empréstimos e financiamentos	2.139.581	1.741.733
Provisão para contingências	5.535	2.646
Contas a pagar de aquisição societária	329	4.128
Outras contas a pagar	5.785	11
Total dos passivos não circulantes	**2.193.583**	**1.770.757**
Patrimônio líquido		
Capital social	2.478.301	2.478.301
Reservas de capital	80.343	100.245
Prejuízos acumulados	(156.193)	(143.454)
Reserva de remuneração baseado em ações	45.319	12.477
Total do patrimônio líquido	**2.447.770**	**2.447.569**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**6.099.022**	**5.533.827**

Demonstração dos resultados

	2024	2023
Receita líquida	1.813.970	1.564.289
Custo das vendas	(552.558)	(498.502)
Lucro bruto	**1.261.412**	**1.065.787**
Despesas operacionais		
Despesas de vendas	(559.201)	(527.038)
Despesas gerais e administrativas	(373.523)	(281.761)
Equivalência patrimonial	(75.765)	27.404
Outras receitas (despesas), líquidas	7.053	11.456
Lucro operacional	**259.976**	**295.848**
Receitas financeiras	131.389	92.298
Despesas financeiras	(434.501)	(454.686)
Resultado financeiro	(303.112)	(362.388)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(43.136)**	**(66.540)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(5.189)	-
Diferido	35.586	24.496
	30.397	24.496
Prejuízo líquido do exercício	**(12.739)**	**(42.044)**

Demonstração dos resultados abrangentes

	2024	2023
Prejuízo do exercício	**(12.739)**	**(42.044)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(12.739)**	**(42.044)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de remuneração baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.478.301**	**75.898**	**22.062**	**(101.410)**	**2.474.851**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(42.044)	(42.044)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	42.102	-	42.102
Ações entregues	-	24.719	(48.761)	-	(24.042)
Efeito reflexo de investidas	-	(372)	(2.926)	-	(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.478.301**	**100.245**	**12.477**	**(143.454)**	**2.447.569**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.739)	(12.739)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	43.780	-	43.780
Ações entregues	-	(20.225)	(13.416)	-	(33.641)
Efeito reflexo de investidas	-	323	2.478	-	2.801
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.478.301**	**80.343**	**45.319**	**(156.193)**	**2.447.770**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(43.136)**	**(66.540)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos:		
Depreciação e amortização	201.195	270.486
Provisão para perda nos estoques	18.892	43.376
Provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	39.251	9.896
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	560	1.034
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(1.133)	(186)
Mudança de valor justo em aquisição de investimentos	34.979	57.140
Juros na aquisição de investimentos	82.151	145.327
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	(40.068)	-
Equivalência patrimonial	75.765	(27.404)
Provisão para contingências	5.156	(274)
Plano de remuneração de acionistas	43.780	42.102
Juros sobre empréstimos e financiamentos	289.366	218.603
Juros sobre arrendamento	5.388	6.400
Juros provisionados	(31.587)	(21.751)
Obrigações previdenciárias SOP	15.598	-
Ganho de participação acionária	-	(4.312)
Ajuste a valor justo de investimentos	(152)	(484)
Perda na venda de investimentos	-	7.508
Variação cambial	2.013	(1.860)
	698.018	**679.061**
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(92.194)	(187.569)
Estoques	37.288	(32.819)
Impostos a recuperar	468	15.862
Outras contas a receber	13.085	21.765
Fornecedores	8.360	17.953
Obrigações sociais e trabalhistas	4.989	18.567
Impostos e contribuições a recolher	1.043	3.294
Adiantamento de clientes	4.129	5.177
Despesas antecipadas	(23.534)	(14.928)
Outras contas a pagar	34.754	1.901
Caixa gerado pelas operações	**686.406**	**528.264**
Juros pagos de arrendamento	(6.506)	(6.459)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(281.678)	(186.025)
Juros pagos por aquisição societária	(130.606)	(167.749)
Pagamento de contraprestação contingente	(45.719)	(42.326)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**221.897**	**125.705**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(14.087)	(4.779)
Aquisição de intangível	(126.291)	(118.067)
Aplicações financeiras	(18.880)	227.378
Aumento de capital em investidas	(3.200)	(5.734)
Venda de participação em controlada, líquido do caixa vendido	-	452
Dividendos recebidos de investidos	94.106	46.528
Contas a pagar de aquisição societária	-	-
Transações com partes relacionadas	(99.243)	(153.057)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(167.595)**	**(7.279)**
	2024	**2023**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	792.655	545.523
Contas a pagar de aquisição societária	(265.271)	(502.146)
Pagamento de arrendamento mercantil	(35.148)	(30.756)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(19.663)	(18.340)
Transações com partes relacionadas	(33.641)	-
Dividendos Pagos	-	2.231
Pagamentos de instrumentos financeiros	(6.874)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**432.058**	**(3.488)**
Caixa adquirido da reestruturação societária (nota 1.2)	479	(22.385)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**486.839**	**92.553**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	262.577	170.024
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	749.416	262.577
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**486.839**	**92.553**

Diretoria
Ari de Sá Cavalcante Neto - Diretor sem designação específica
João Marcos da Cunha Silva - Diretor sem designação específica
Arieh Levin, Heitor de Araújo Martins - Diretor sem designação específica
Francigleidson Teixeira Oliveira - Diretor sem designação específica

A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa

ESPORTES

Tênis brasileiro. João Fonseca estreia nesta terça-feira (29) no Challenger de Estoril, em Portugal, contra o holandês Jesper de Jong, que vive seu primeiro mês entre os 100 melhores tenistas do ranking e ainda não perdeu para rivais brasileiros. Jesper de Jong é o atual número 93 do mundo. Destro, o atleta de 24 anos, que começou no tênis aos quatro, passou a se destacar no circuito juvenil da Europa aos 12, vencendo torneios sub-14.

Camisa da seleção brasileira poderá ser vermelha na Copa em 2026

O uniforme foi desenhado pensando na participação brasileira na Copa do Mundo de 2026, que será disputada nos Estados Unidos, no Canadá e no México

FOTO REPRODUÇÃO



O uniforme principal do Brasil para a Copa do Mundo, por sua vez, manterá o tradicional amarelo como cor principal

Não se fala em outra coisa no mundo do futebol. A novidade tão comentada é que a seleção brasileira terá uma nova cor de camisa, e dessa vez, uma cor que nunca foi utilizada antes e que também não está presente na cor da bandeira nacional. O novo uniforme terá o vermelho como cor reserva, a partir de março de 2026, segundo informações do site especializado em camisas de clubes e seleções Footy Headlines e confirmada pelo apuração do O Estado.

Conforme a publicação, o uniforme usará uma base vermelha "moderna e vibrante" e será fabricado pela Jordan, marca controlada pela Nike, patrocinadora da seleção desde 1996.

Tradicionalmente, o uniforme reserva da equipe é na cor azul. Procurada, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) disse ainda não confirmar a informação, mas, no passado, a camisa passou pela aprovação do presidente Ednaldo Rodrigues em uma reunião no Rio de Janeiro com a fornecedora, que apresentou o modelo à entidade.

Além do vermelho, a camisa da Seleção terá também detalhes em preto, que se misturam com a cor predominante. Outra novidade é o logo da Jordan - linha Nike em parceria com a lenda do basquete Michael Jordan - no lugar do símbolo da fornecedora.

O uniforme principal do Brasil para a Copa do Mundo, por sua vez, manterá o tradicional amarelo como cor principal. O estatuto da confederação prevê que a seleção só pode usar uniformes com as cores existentes na bandeira da entidade (azul, amarelo, verde e branco). Há uma exceção prevista para eventos comemorativos, que precisa, no entanto, ser aprovada pela diretoria da CBF.

Segundo a Footy Headlines, o uniforme foi desenhado pensando na participação brasileira na Copa do Mundo de 2026, que será disputada nos Estados Unidos, no Canadá e no México. O Brasil é quarto na tabela de classificação das Eliminatórias Sul-Americanas, com 21 pontos, ainda sem vaga garantida no Mundial.

Em 2023, foi lançada uma camisa preta em homenagem a Vinicius Junior, usada em goleada por 4 a 1 contra Guiné em amistoso contra o racismo.

Por: Ismael Azevedo

Dorival Júnior assume oficialmente comando técnico do Corinthians

FOTO RODRIGO COCA



Dorival substituirá o treinador Ramón Díaz, desligado do clube no último dia 17

O Corinthians anunciou a contratação do técnico Dorival Júnior na tarde desta segunda-feira (28), um dia após o time masculino sofrer goleada (4 a 0) do Flamengo fora de casa, pelo Campeonato Brasileiro. Esta será a primeira passagem do treinador, de 63 anos, pelo clube paulista, atual 12º colocado na tabela. O vínculo com o Timão vai até o fim de 2026. A estreia de Dorival à será próxima quarta (30), fora de casa, contra o Novorizontino, no jogo de ida da terceira fase da Copa do Brasil. A partida terá início às 21h30 (horário de Brasília), no Estádio Doutor Jorge Ismael de Biasi, em Novo Horizonte (SP).

"É um momento importante da minha carreira. Espero deixar um legado num trabalho que já vinha acontecendo. A comissão técnica anterior comandada pelo Ramón fez um belo trabalho e nos deixa em um momento especial. Espero dar sequência a tudo isso e alcançar os melhores resultados por essa grande equipe", disse o ex-treinador da seleção brasileira, demitido há um mês, após comandar a Amarelinha em 16 partidas (sete vitórias, sete empates e três derrotas).

Com as negociações em curso com a diretoria do clube desde a última sexta (25), Dorival esteve no Maracanã no domingo (17) e acompanhou de perto o revés do Timão. Entre outros problemas, o time vem sofrendo com falhas sistemáticas na defesa: levou 33 gols em 29 jogos. Além do Brasileirão e da Copa do Brasil, o clube também disputa a Copa Sul-Americana. Durante a assinatura do contrato, Dorival exaltou a torcida corintiana.

Dorival substituirá o treinador Ramón Díaz, desligado do clube no último dia 17. O novo técnico do Corinthians comandou o primeiro treino com o elenco nesta tarde. Dorival inicia sua caminhada no clube com os auxiliares Lucas Silvestre e Pedro Sotero; e o preparador físico Celso de Rezende.

CLASSIFICADOS·OE

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DO MONDUBIM
FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
RUA BENJAMIM BRASIL 340 - MARAPONGA
TELEFONES: 085 3296.2821 - WHATSAPP: 98991.1010
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem se casar-se:
Edital nº 12777 - EDGAR MARCONDES MEDEIROS DA SILVA e DÉBORA FERNANDA RODRIGUES ALVES DA SILVA;
Edital nº 12778 - JONAS COSTA FERREIRA DA SILVA e NOEMIE MARIE PIRON;
Edital nº 12779 - HENRIQUE KAUÃ MELO DE OLIVEIRA e ROBERLINA DA SILVA MOREIRA;
Edital nº 12780 - DANIEL DE SENA PIRES e KESSYA STEICY BATISTA SILVA;
Edital nº 12781 - ANTONIO CESAR NOGUEIRA DIOGENES FILHO e DÁRIA DARINE SOUZA SILVA;
Edital nº 12782 - JOHN LENNO FELIX DA COSTA e FRANCICLEIDE DE SOUSA ROCHA;
Edital nº 12783 - MARCOS ANTÔNIO COSTA e VIVIANE MENDES DE SOUSA RIBEIRO;
Edital nº 12784 - FLAVIO SALES VITORIANO e MARIA VANGELA GADELHA ALVES;
Edital nº 12785 - JOÃO VITOR DA SILVA SANTOS e MARIA RAQUEL ARAÚJO BARBOSA;
Caso alguém souber de algum impedimento, apresente impugnação na forma da lei.
Lavrado para ser publicado no Jornal O Estado na presente data.
FERNANDA MARIA ALVES GOMES - OFICIALA



SILVIO CARLOS

67 Anos

Gomes Farias é uma legenda no nosso rádio esportivo. A homenagem que o Ceará lhe prestou é merecida e justa. Ele segue na ativa e está completando 67 anos de carreira. Sou seu admirador desde os tempos do Paulino Rocha.



• ROMEU ALDIGUERI **Seu nome é lembrado espontaneamente para concorrer ao Senado. Nas manifestações que vem da base ele, entretanto, ao que se sabe vai concorrer ao cargo de Deputado Federal. Trata-se de um parlamentar digno e com votos.**

Galeria de Dirigentes

Hoje mantendo minha conduta junto aos ex-dirigentes de nosso futebol vou citar mais um nome que muito fez e foi muito querido. Falo do Ney Rebouças que em 1983 armou um super time para o Fortaleza e ganhou o campeonato daquele ano. Seu antecessor em 1982 foi este jornalista por sinal campeão.

Sorte

Loteria dos Sonhos ou Totolec cada concurso de palpites o mais acreditado.



LÉO COUTO **Em mesa eclética num restaurante frequentado pela elite de nossa política era elogiado o comportamento político do Presidente da Câmara Municipal Léo Couto. Seu estilo parece muito com o do seu pai, José Maria Couto. Hoje o Léo aparece na coluna ao lado dos meus amigos Tales de Sá Cavalcante e do Vereador Benigno Júnior.**

Franzé Moraes

Ele continua mantendo o mesmo carisma junto aos torcedores do Ceará Sporting na sua última aparição num restaurante local posou para fotos e deu autógrafos. Ele aniversariou ontem.

Jornalismo Puro

Meu amigo Sérgio Ponte vem comandando as jornadas esportivas da Rádio O Povo e dando um show de jornalismo puro. Sua equipe é sensacional e toda vez que falo seu nome me dá uma saudade enorme do grande Alan Neto.

Só Lembrando

Viver é diferente de está vivo.

Leoas enfrentam Papão

O próximo desafio do Fortaleza pelo Brasileiro Feminino da Série A2 será contra o Paysandu, no dia 4 de maio. O tricolor do Pici ocupa a terceira colocação do grupo B, com uma vitória e um empate, ficando atrás apenas das líderes Vitória e Mixto.



TAIANA E TALITA **Palmas e muitos aplausos para as jovens Taiana Lima e Talita Antunes. Elas formaram a dupla campeã de vôlei de praia ao vencer na final as atuais campeãs Olímpicas, Duda e Ana Patrícia.**

Mais informações de Silvio Carlos:
e-mail: promoviltda@yahoo.com.br

Sociedade

Por Iratuã Freitas

iratua@gmail.com iranoinsta



GRUPO MARQUISE FATURA R$: 2,1 BILHÕES EM 2023

O Grupo Marquise, comandada por José Carlos Pontes e Erivaldo Arraes, atuante nos setores de infraestrutura, meio ambiente, imobiliário e shopping centers, registrou em 2023 uma receita bruta de R$ 2,1 bilhões, crescendo 27 % a mais que no ano anterior. Com 40 anos de experiência, a empresa é a terceira maior do setor ambiental no Brasil, coletando mais de 13 milhões de toneladas de resíduos e atendendo mais de 21 milhões de pessoas anualmente. Destaca-se ainda pela realização de grandes obras de infraestrutura, como a implantação da primeira usina de dessalinização de grande porte para consumo humano da América Latina, no Ceará, beneficiando milhares de famílias e reafirmando seu compromisso com inovação e sustentabilidade.



EXCELÊNCIA JURÍDICA

A advogada cearense Dra. Carolina Parente, sócia da Parente Sociedade de Advogados, figura entre as principais lideranças no cenário do empreendedorismo feminino internacional. Atuando como embaixadora master e assessora jurídica do Clube de Mulheres de Negócios em Língua Portuguesa (CMNLP), com sede em Portugal, tem desempenhado papel estratégico na promoção e internacionalização de negócios conduzidos por mulheres no Brasil e em países lusófonos.

WAYS BILINGUAL SCHOOL LANÇA PEDRA FUNDAMENTAL DE NOVA UNIDADE EM FORTALEZA

Fortaleza será a segunda capital do país a receber uma unidade da Ways Bilingual School, rede de franquia de escolas bilíngues com proposta pedagógica de formação integral — que desenvolve de forma equilibrada as dimensões acadêmica, emocional e global de crianças e adolescentes. Para marcar o início das obras, a unidade realizou um evento simbólico de lançamento da Pedra Fundamental, exclusivo para convidados. Localizada no bairro Meireles, a nova unidade contará com cerca de 3 mil m² e o início das atividades está previsto para 2026. A iniciativa é liderada pelas educadoras Manoela e Marcela Abreu, proprietárias da franquia Ways Bilingual School de Fortaleza, em parceria com o grupo Arco Educação, franqueadora da rede que investirá R$ 40 milhões nos próximos dois anos. A primeira unidade da Ways é sediada em São Paulo. Na ocasião foi enterrada uma capsula do tempo que será aberta em 2035.



Manoela Abreu, Ari de Sá Neto e Marcela Abreu



Manoela, José, França e Marcela Abreu



Ari de Sá Neto e Iratuã Freitas



Marize Castelo Branco, Márcio Ary e Nanette Castelo Branco



Lucia Praciano e França Abreu



Norma Zelia e Padre Cabral



René Freire Junior e René Freire Neto



Manoela Abreu, Juliana Zero, Ari de Sá Neto e Marcela Abreu

GERAL

Fortaleza celebra aniversário de casa de forró com homenagem a música nordestina

Evento promete reunir nomes consagrados da música nordestina em uma celebração memorável

FOTO REPRODUÇÃO



A casa se dedica ao fortalecimento da cultura nordestina, desde a caracterização do espaço até a culinária e a valorização do forró tradicional

O tradicional Kukukaya, referência cultural em Fortaleza, comemora quase três décadas de história com um evento à altura de sua trajetória. Na próxima quinta-feira (30), o Marina Park Hotel será palco de uma verdadeira maratona musical com artistas que ajudaram a escrever capítulos marcantes da música brasileira. Entre as atrações confirmadas estão: Batista Lima, Eliane, Beto Barbosa, Lagosta Bronzeada, Mastruz com Leite, Galícia e Banda Styllus, nomes que despertam emoção e nostalgia nos corações de várias gerações.

"Estamos organizando um momento grandioso para os fãs, amigos e parceiros da nossa história. A casa de forró é reconhecido por eventos marcantes e com o aniversário não será diferente. O público pode esperar uma noite cheia de surpresas e com uma programação musical empolgante", destaca Gustavo Moura, um dos sócios do espaço.

A celebração será dividida em dois setores, pensados para proporcionar conforto e experiências únicas ao público. O setor Frontstage "Meu Vaqueiro, Meu Peão" oferece acesso individual e visão privilegiada dos shows. Já o setor Mesas "Brilho da Lua" disponibiliza mesas para quatro pessoas com acesso privativo e atendimento exclusivo, ideal para quem busca comodidade e uma experiência diferenciada.

Os fãs já estão em contagem regressiva para uma das noites mais esperadas do ano no forró cearense "Estou super animada para participar desse momento épico. Essas músicas falam muito sobre minha geração e de quando comecei sair e passear em Fortaleza. Sou da turma dos 40 e mal vejo a hora de revivenciar os velhos e bons tempos", comenta a corretora de imoveis, Kilvia Soares.

Já o Roberto Silveira, conta a reportagem que conheceu sua mulher em um evento que aconteceu há 25 anos, em 2000, no Kukukaya. "Eu lembro que quando estava na fila para entrar, eu já tinha visto ela também na fila feminina. Fui curtir a festa e lá começamos a conversar e dançamos juntos. Essa dança rendeu até hoje. 25 anos depois, estamos aqui, casados, com dois filhos e sempre me recordo deste dia. Essa casa de show fez história e representa bem quem a capital cearense", finaliza.

Com abertura dos portões marcada para às 19h, o evento acontece na véspera do feriado do Dia do Trabalhador, o que torna a data ainda mais especial e ideal para aproveitar a festa sem pressa, apesar de não trabalhar no outro dia.

Mais do que uma festa, o aniversário do Kukukaya é uma celebração da cultura nordestina, das raízes musicais e da alegria que marca o DNA do povo cearense. Um evento para reviver memórias, dançar ao som dos clássicos e celebrar o que há de mais autêntico na nossa música.

Casa de Show

O Kukukaya conta com 29 anos de dedicação à música nordestina, privilegiando o forró tradicional, mas também abrindo espaço para cantores, compositores e grupos de ritmos tão ecléticos quanto o rock clássico e o chorinho.

A casa se dedica ao fortalecimento da cultura nordestina, desde a caracterização do espaço, até a programação musical, passando pelas diversas outras atividades. Trajetória que rendeu inclusive homenagem especial por parte da Câmara Municipal de Fortaleza. É também um dos principais locais para o público interessado em dançar ao som do forró de qualidade.

*Por **Ismael Azevedo***